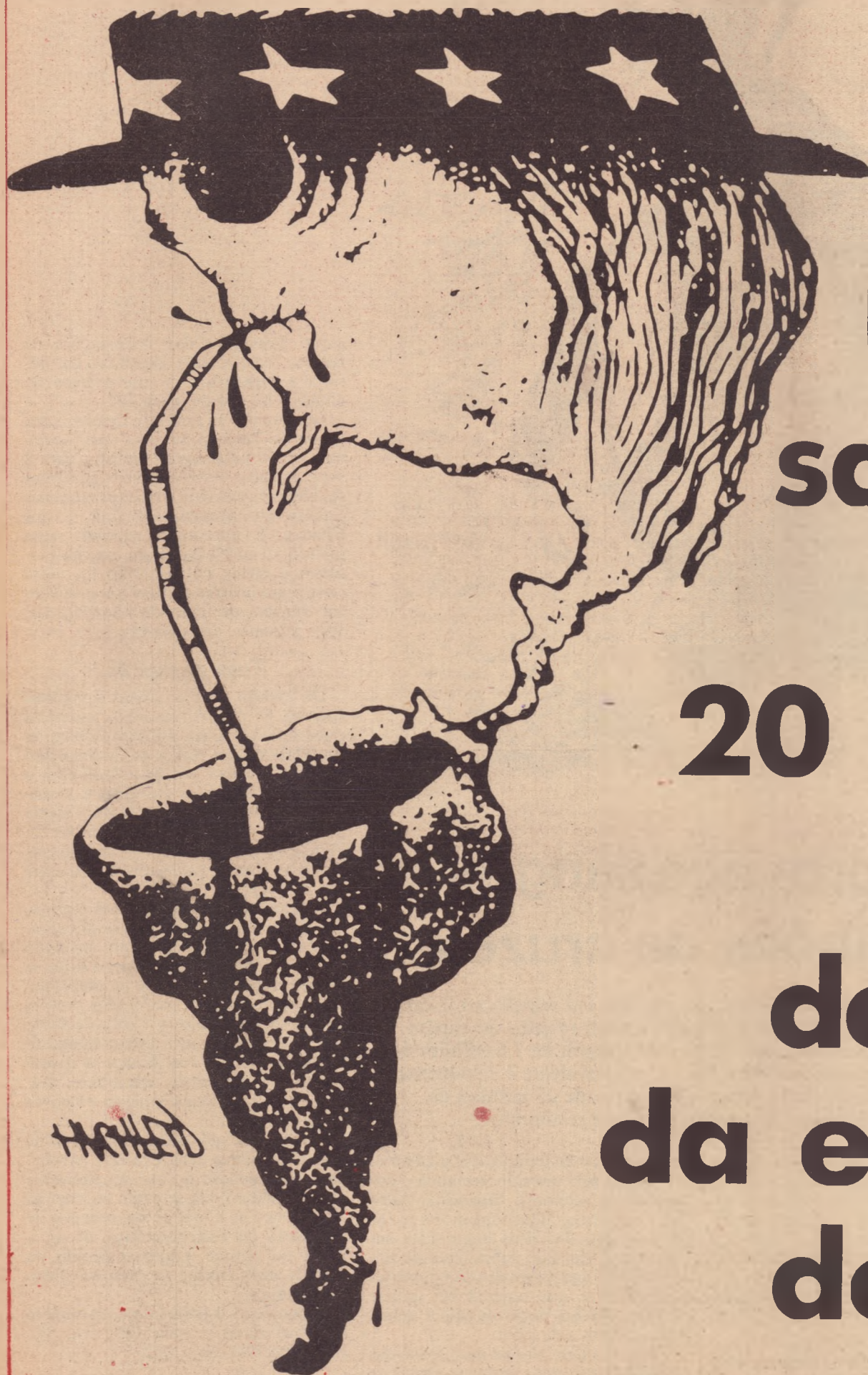


**EM TEMPO:**  
lança campanha  
financeira

A imprensa a serviço dos trabalhadores  
depende fundamentalmente dos seus  
leitores. Dê sua força!



**Ditadura  
e FMI decretam  
maxidesvalorização  
do cruzeiro:**

**Uma  
sangria  
de  
20 bilhões  
de  
dólares  
da economia  
do país**

Págs. 2 e 3

**Escândalo Baumgarten:**

Pelo desmantelamento do aparato de espionagem e  
repressão política!

Pág. 16

**Direção Nacional  
do PT lança  
documento para debate**

Pág. 6





A decisão do governo brasileiro de promover uma maxi-desvalorização de 30% do cruzeiro em relação ao dólar só pode ser compreendida no contexto das pressões do sistema financeiro internacional sobre gestão da economia do país. Os últimos dias assistiram a esforços desesperados do governo para obter o apoio dos bancos centrais de onze países no sentido de adiar por um ano o pagamento de uma massa de empréstimos que vencem a curtíssimo prazo. E é claro, quanto maiores as dificuldades para rolar a dívida, mais serão as exigências e imposições dos credores externos.

Há cerca de quinze dias atrás vazou e foi publicado pela grande imprensa uma nota do Fundo Monetário Internacional considerando insuficientes as medidas propostas na reforma salarial (eliminação dos 10% além do INPC para os que recebem de um a três salários mínimos e redução nos reajustes das demais faixas) e exigindo uma medida forte na área cambial. Perguntado se a mudança não traria um rompimento do acordo com o FMI já que na carta-compromisso tornada pública previa-se mini-desvalorizações do cruzeiro de 1% acima da taxa de inflação a cada mês, o presidente da FIESP, Luis Eulálio Vidigal, respondeu reveladoramente: "a medida não foi adotada sem que o Fundo fosse consultado e, nesse sentido, como não foi contrariado, não há motivos para que o seu compromisso com o país seja alterado".

### Uma sangria de 7,6 trilhões

De acordo com cálculos do professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, o prejuízo do país com essa maxi-desvalorização do cruzeiro será aproximadamente de 20 bilhões de dólares: as importações vão ficar 12,5 bilhões de dólares mais caras e o serviço da dívida de curto e longo prazo sofrerá um acréscimo de 7,5 bilhões de dólares. Isto significa uma descapitalização de 7,6 trilhões de cruzeiros da economia brasileira.

Apenas, neste ano, o cruzeiro sofreu uma desvalorização de 50,9% em relação ao dólar; nos últimos doze meses, essa taxa sobe a 174,3%. E a maxi-desvalorização não descarta a aplicação de mini-desvalorizações periódicas, de acordo com as previsões do governo. É, sem dúvida, um processo brutal de transferência de renda e não é sem razão que a maxi provocou manifestações de apoio nos principais centros financeiros do mundo.

### O blefe das exportações

O governo justificou a adoção da maxi como uma medida necessária para "ace-

## Maxi provoca sangria de 7,6 trilhões de cruzeiros

**A maxi-desvalorização de 30% do cruzeiro em relação ao dólar, decidida pelo governo no dia 18 último sob pressão do capital financeiro internacional, provocará uma sangria de 7,6 trilhões de cruzeiros na economia brasileira. Isto é, o equivalente à remuneração recebida durante todo um ano por cerca de 25 milhões de trabalhadores que recebem o salário-mínimo.**

lerar o processo de ajustamento do balanço de pagamento", para alcançar o saldo comercial de seis bilhões de dólares em 83, como está previsto na Carta de Intenção firmada com o FMI. Com a desvalorização do cruzeiro, as importações tenderiam a cair e as exportações aumentariam já que os produtos brasileiros ficariam mais baratos e teriam preços mais competitivos.

Isto, porém, dificilmente ocorrerá. Se o preço dos produtos exportados pelo Brasil diminuíram em 30%, para aumentar o valor total das exportações é preciso que o volume de bens exportados cresça mais de 30%; se o preço dos produtos importados subiram 30%, para que o valor das importações brasileiras diminua é preciso que o volume das importações caia além de 30%.

Um tal crescimento das exportações é altamente improvável já que o entrave maior ao crescimento das exportações não se dá ao nível da competição de

preços mas ao da retração dos mercados, provocado pela recessão profunda e duradoura da economia capitalista. Além disso, em um segundo momento os custos da produção dos bens exportados sofrerão uma elevação substantiva devido ao aumento dos preços dos componentes importados o que anulará em grande medida os efeitos positivos para a exportação gerados pela máxi.

Por outro lado, um tal decréscimo das importações só pode se dar às custas de um aprofundamento sem par da recessão já que os componentes principais da pauta de importações brasileira são o petróleo e máquinas e equipamentos.

### O blefe da redução dos juros

O argumento utilizado pelo governo em defesa da maxi de que ela provocará uma queda substantiva nos juros reais internos (estes custos diminuíram de 45 para 25%, segundo Galveas) é bastante discutível. O próprio presidente da Fede-

ração Brasileira das Associações de Banco, Pedro Conde, classificou de "ilusória a expectativa de que o custo do dinheiro irá cair de imediato".

Isto porque as taxas de desconto das Letras do Tesouro Nacional que funcionam como uma espécie de piso para a taxa de juros interna devem aumentar devido a elevação que a maxi provoca nas dívidas das empresas estatais e dos Estados. É importante lembrar, neste sentido, que 69% da dívida externa brasileira é dívida pública. Não foi outra coisa o que ocorreu durante o ano de 1980 em função da maxi-desvalorização de 30% adotada em dezembro de 1979.

### Fuga de capitais

De acordo com o Japan Economic Journal, 66 das 467 empresas japonesas registradas no Brasil já foram embora ou congelaram seus planos de investimento no país. Por sua vez, de acordo com o relatório dos bancos europeus e americanos, os seus lucros cresceram em média de 40 a 45% durante os anos de 81 e 82. Significativamente, a maior parte de seus lucros vieram de países devedores, entre eles os Brasil.

As duas informações, embora parciais, dão conta das tendências que vão seguramente se aprofundar no próximo período. A primeira diz respeito a que os investimentos estrangeiros no país estão sendo fortemente desacelerados e, mais do que isso, retraidos por conta da recessão. A segunda indica que o capital financeiro internacional acelera a expropriação de excedentes, sem uma contrapartida real no financiamento de novos investimentos.

Juntas, elas indicam que o processo no qual a economia brasileira está envolvida é mais penoso do que simplesmente uma recessão. Trata-se como ocorreu na Argentina e no Chile, de um processo de destruição da base produtiva, de involução do parque industrial gerado no período mais recente de desenvolvimento capitalista.

É significativo também que o número de concordatas cresceu 125% em São Paulo em 1981 para 1982.

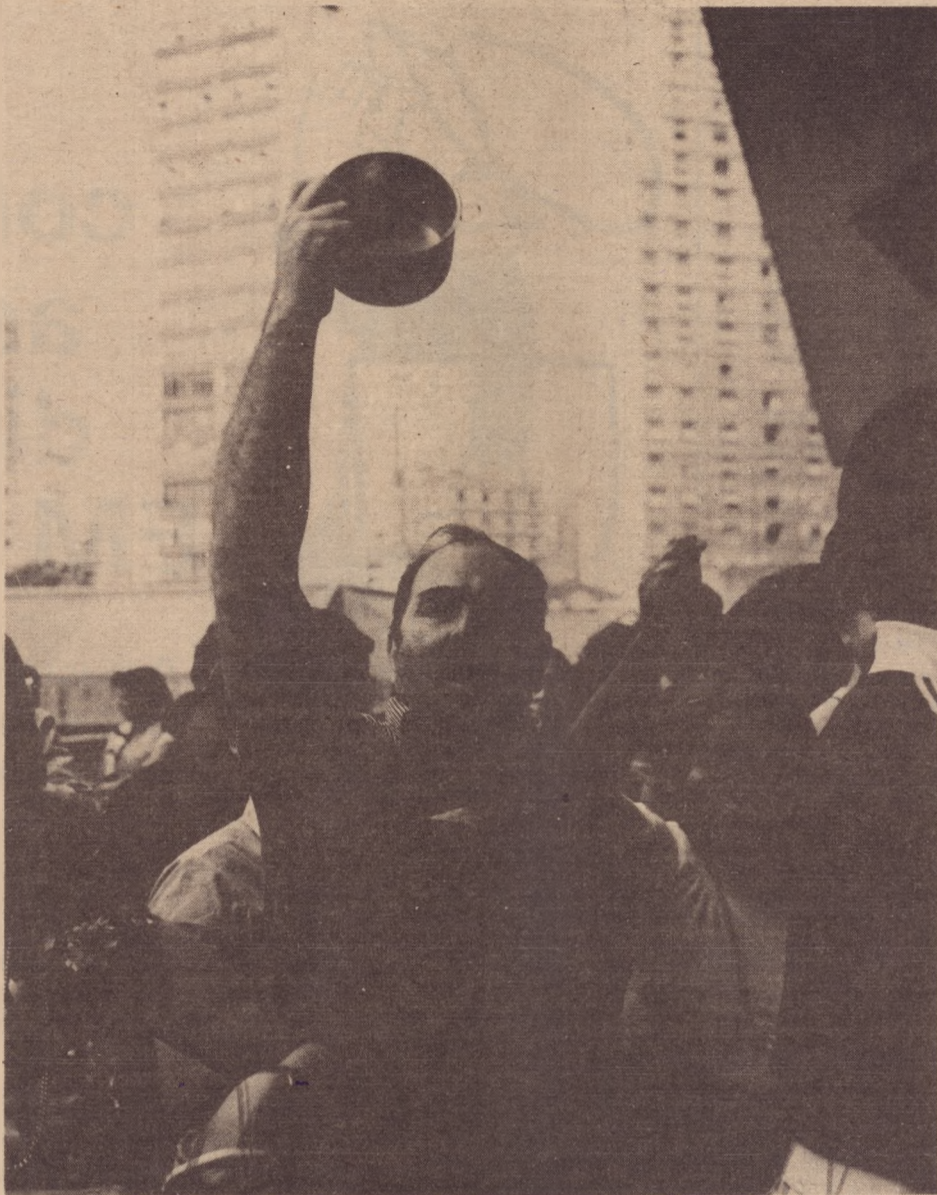
### Desnacionalização

Um outro efeito importante da maxi-desvalorização é abrir mais os flancos para a penetração do capital estrangeiro. Com a maxi, o patrimônio das empresas de capital nacional privado e estatal ficam 30% mais baratas. O próximo período deverá tornar mais claro quais os setores em que a pressão do capital multinacional deverá se concentrar, certamente os setores mais lucrativos ainda fora do controle do imperialismo.



A nova ordem dos patrões é rebaixar o cálculo do INPC, que serve de base aos reajustes dos salários. Se posta em prática, o rombo nos salários poderá ser maior do que o perpetrado com a nova lei do arrocho salarial.

## No rastro da maxi, novo golpe nos salários



Quem ganha com a maxi-desvalorização do cruzeiro? Em primeiro lugar, o capital multinacional e, de maneira especial, os grandes banqueiros internacionais que viram a dívida brasileira se elevar em 30%.

Mas a maxi possui um círculo estrito de beneficiados cujos rastros não são difíceis de serem encontrados. A medida foi discutida e defendida em reunião recente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo, entidade que agrupa os mais poderosos grupos industriais do país, e pela Federação Brasileira de Bancos. Coube a conhecidos proxenetas do capital, Adroaldo Moura e Silva e Mário Henrique Simonsen, o papel de dourar a pilula, enaltecer os aspectos supostamente positivos para a recuperação da economia brasileira.

Sabe-se que hoje, o capital monopolista especula como nunca. É grande parte do circuito da especulação segue o rastro do dólar. Por exemplo, grandes bancos e empresas, beneficiando-se da resolução 432, têm depositado no Banco Central o equivalente a dez bilhões de dólares que tomaram emprestado no exterior. Com a desvalorização do cruzeiros, estes grandes bancos e grandes empresas tiveram um lucro de cerca de um trilhão de cruzeiros puramente especulativo.

Seguindo ainda o rastro especulativo, em 1982, o governo, pressionado, elevou a cinco trilhões a venda de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) que prevêem rentabilidade cambial, isto é, aumentam o seu valor na medida da desvalorização do cruzeiro. O governo, em uma das medidas complementares à maxi-desvalorização, determinou a retenção de 45% do Imposto de Renda na fonte sobre os ganhos extras obtidos pelos investidores. Mesmo assim, eles terão um lucro também especulativo da ordem de 800 bilhões de cruzeiros.

### Inflação recorde

A maxi-desvalorização provocará um reajustamento geral dos preços. As empresas que têm dívidas no exterior ou importam máquinas, equipamentos e matérias-primas reajustarão os preços de seus produtos no sentido de recompor as suas perdas; o preço dos combustíveis sofrerá uma elevação brutal (estima-se que o litro da gasolina ascenderá de Cr\$ 167,00 para Cr\$ 260,00 e o do diesel de Cr\$ 102,00 para Cr\$ 159,00).

Se a inflação já alcançou nos primeiros meses do ano um patamar extraordinariamente elevado, aposentando as expectativas contidas na carta de intenções do governo brasileiro ao FMI que estabelecia uma meta de 70% de inflação para o ano, depois da maxi as previsões sobre o ritmo da inflação se dividem em duas vertentes: há os economistas que dão como certa uma inflação superior a 200% para 1983; há outros que afirmam que já não é possível prever nada.

De qualquer maneira, o certo é que teremos neste ano uma inflação recorde com tudo o que ela significa.

### Novo ataque aos salários

Nem bem o novo decreto-lei do super-arrocho salarial entra para debate no Congresso, a ditadura e o patronato já preparam um novo golpe nos salários. A medida defendida pela FIESP, confirmada pelo governo e, ao que tudo indica, contida em documento confidencial do acordo entre governo e FMI, é de expurgar do cálculo do INPC os itens afetados diretamente pela maxi-desvalorização, como os combustíveis. Isto significa que o índice oficial de reajuste dos salários não mais incluirá aqueles itens mais inflacionários. Apenas um exemplo: se do INPC fosse expurgado o peso dos combustíveis, concorreria um rebaixamento de cerca de 20%.

O alcance desta medida, o volume da perda dos assalariados tenderá assim, confirmadas as previsões inflacionárias, a ser mais elevado do que aquele resultante da nova lei salarial.

A situação é mais preocupante ainda se considerarmos que há denúncias de pressões da Secretaria do Planejamento sobre o IBGE para que este subvalorize o cálculo do INPC. De acordo com estas denúncias, no final de janeiro os técnicos do IBGE receberam uma diretriz de rebaixar dois pontos percentuais no INPC válido para a correção dos salários em março.

Assim, se repetiria a mesma estratégia praticada em 1973 quando os índices de reajustes salarial calculados pela Fundação Getúlio Vargas ficaram bem abaixo da inflação provocando perdas enormes para os trabalhadores.

### Falar de guerra é pouco

Divulgando as propostas e diretrizes econômicas que circulavam nos meios empresariais e nas falas de economistas conservadores em outubro passado, EM TEMPO afirmou em uma manchete síntese que os "patrões prometem guerra". Afirmamos mais de uma vez que a burguesia não aceitaria a recessão sem o super-arrocho dos salários.

Quatro meses depois, aquelas caracterizações parecem, na verdade, não dar conta da gravidade dos fatos que se apresentam à classe trabalhadora.

Caminhamos para uma situação em que o salário-mínimo é simbólico, o desemprego um risco permanente e as taxas oficiais de reajuste salarial claramente insuficientes e abertamente questionáveis. O próprio cálculo oficial do desemprego, divulgado pelo IBGE, é questionado por todos.

Os já frágeis mecanismos institucionais que servem de referência à luta sindical, às reivindicações dos trabalhadores vão se apagando. Ganha cada vez mais cores vivas a realidade implacável da luta de classes, sem freios e sem medidas.

Não há dúvida mais que as classes dominantes vão, em um futuro próximo, receber o troco da classe trabalhadora. Esta, pelo mais elementar instinto de sobrevivência, irá à luta mais radical e mais ampla que estiver ao seu alcance. Resta aos que estão ao seu lado, trabalhar para que esta luta se dê nas melhores condições de consciência e organização possíveis para a classe trabalhadora.

## Editorial

### O papel do PT na luta contra o arrocho

A entrada em vigor da nova política salarial do governo e agora a maxi-desvalorização do cruzeiro mostram claramente a dimensão da política anti-democrática, anti-popular e anti-nacional do regime.

A ditadura simplesmente aprofunda e evidencia na crise seus traços mais de fundo e que dão seu caráter. Vê-se pois que a euforia eleitoral durou pouco. A maneira ditatorial como as medidas são tomadas, tendo como objetivo principal o bolso dos trabalhadores e a submissão aos apetites do imperialismo deixam claro o rumo da política que está sendo posta em curso pelo regime militar.

As perspectivas para os trabalhadores são as mais terríveis e não há mais qualificativos para designá-las. E a estas medidas, se os trabalhadores não se opuserem firmemente, seguramente virão outras mais no rolo compressor de um arrocho e uma desnacionalização da economia sem precedentes na história do país.

A reação popular não pode tardar mais. O movimento sindical organiza a nível nacional o protesto para o dia 22 de março, tenta articular a defesa via greve geral, mas há de se reconhecer que os preparativos para uma resposta eficaz, capaz de lançar o movimento numa contra-ofensiva, ainda estão bastante precários. A falta de unidade na centralização do movimento tem sido o principal obstáculo na articulação da contra-ofensiva dos trabalhadores.

Várias iniciativas são tomadas por partes diferentes do movimento e, elas não se encadeando unitariamente, terminam por gerar a confusão e a dispersão. É portanto mais do que nunca a hora de tomar a tarefa da centralização como primeira condição para a resposta popular diante da crise que se aprofunda.

Não apenas ao nível do movimento sindical, onde está o fundamental e decisivo, mas também a nível partidário, sobretudo ao PT cabem sérias responsabilidades.

A direção nacional do PT acaba de aprovar uma resolução onde se proclama a importância do partido se ligar às lutas e ao mesmo tempo se inova na caracterização do partido definindo-o como tendo um papel de **dirigente político** das lutas da classe trabalhadora.

A conjuntura política está há muito a reclamar respostas que efetivamente apontem nete sentido. É o momento portanto do partido tirar as consequências práticas que estão à sua mão na tarefa de dirigir as lutas dos trabalhadores hoje centradas no combate à crise que se aprofunda.





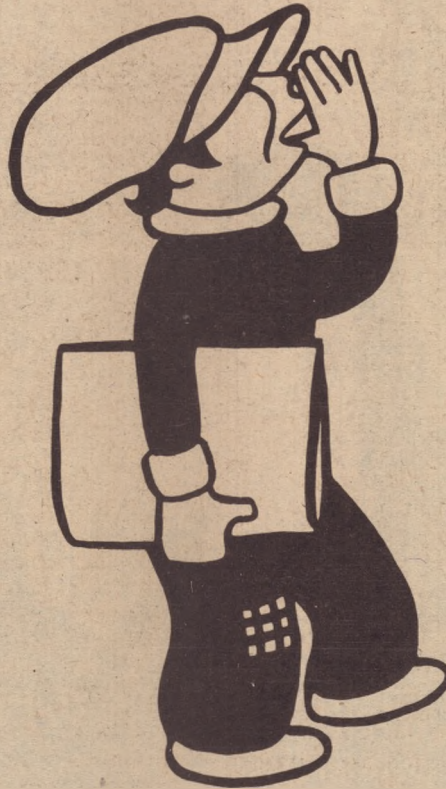
# CAMPANHA FINANCEIRA

*Fique por dentro:*

Livros da Editora Antídoto (Portugal) a preços especiais!

A Luta pela Democracia Socialista na URSS.	
E. Mandel .....	600,00
Atualidade de Rosa Luxemburgo	
Norman Geras .....	700,00
Introdução ao Marxismo - E. Mandel ....	700,00
Crítica ao Eurocomunismo - E. Mandel ..	700,00
Da Comuna a Maio de 68 - E. Mandel ..	800,00
Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes - E. Mandel .....	600,00
Sobre o Fascismo - E. Mandel .....	400,00
Ser Mulher na URSS - Tamara Volkova/ D. Bor .....	600,00
A Revolução Desfigurada - L. Trotsky ...	600,00
A Revolução Traída - L. Trotsky .....	900,00
Programa de Transição - L. Trotsky .....	600,00
Questões do Modo de Vida - L. Trotsky .	600,00
Lições de Outubro - L. Trotsky .....	500,00
Balço e Perspectiva - L. Trotsky .....	600,00

Pedidos para a Editora Aparte Ltda



## Leia, contribua, assine e divulgue EM TEMPO:

A sustentação da imprensa dos trabalhadores depende basicamente de seus leitores.

**EM TEMPO, no seu 5º aniversário, promove:**

**PROMOÇÃO Nº 1:** Fazendo sua assinatura anual do **EM TEMPO** (Cr\$ 2.000,00) você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

**PROMOÇÃO Nº 2:** Fazendo sua assinatura anual do **EM TEMPO** conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, (Cr\$ 3.300,00), você ganha, além do caderno **Malvinas**, 5 edições históricas do **EM TEMPO**, escolhidas entre as listadas abaixo.

**PROMOÇÃO Nº 3:** Adquira a coleção completa do **EM TEMPO**, composta por 165 números, por apenas Cr\$ 7.000,00.

**PROMOÇÃO Nº 4:** Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu **EM TEMPO** em casa, para sempre.

**PROMOÇÃO Nº 5:** Em cada 4 assinaturas do **EM TEMPO** ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, leva a sua assinatura, no peito.

### Edições que marcaram época

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1) nº 3 — "Luta pela anistia em todos os cantos"     | <input type="checkbox"/> 8) nº 107 — "Lula contra-ataca, agora o PT"          |
| <input type="checkbox"/> 2) nº 8 — "Bombas contra a anistia"                  | <input type="checkbox"/> 9) nº 130 — "PT-200.000 filiados"                    |
| <input type="checkbox"/> 3) nº 17) — "Listão dos 233 torturadores"            | <input type="checkbox"/> 10) nº 141 — "O PT e o socialismo"                   |
| <input type="checkbox"/> 4) nº 23 — "Terror de direita continua impune"       | <input type="checkbox"/> 11) nº 142 — "Polônia-golpe da burocracia"           |
| <input type="checkbox"/> 5) nº 86 — "O PT sai prás ruas"                      | <input type="checkbox"/> 12) nº 147 — "Íntegra da plataforma nacional do PT2" |
| <input type="checkbox"/> 6) nº 102 — "Greve no ABC"                           | <input type="checkbox"/> 13) nº 149 — "Malvinas: o imperialismo ataca"        |
| <input type="checkbox"/> 7) nº 103 — "Prestes exclusivo: porquê o PCB rachou" | <input type="checkbox"/> 14) nº 155 — "Nicarágua: festa e revolução"          |

- |  |   |                |  |
|--|---|----------------|--|
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 1 | — | Cr\$ 2.000,00  | (marque na lista com um X as edições escolhidas) |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 2 | — | Cr\$ 3.300,00  |  |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 3 | — | Cr\$ 7.000,00  |  |
| <input type="checkbox"/> Promoção nº 4 | — | Cr\$ 20.000,00 |  |

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57  
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 2.000,00

A sobrevivência da imprensa alternativa depende do apoio que recebe de seus leitores. Esta é uma verdade que aparece transparentemente nos períodos da repressão mais feroz, direta e violenta da ditadura. Mudou o momento da luta de classes, mudaram os métodos de amordaçamento da imprensa independente que coloca suas páginas a serviço da luta dos trabalhadores.

**EM TEMPO** entra em seus seis anos de vida fustigado violentamente pelas pressões econômicas. É uma luta sem dúvida desigual. Os preços do papel, de composição e impressão do jornal subiram assustadoramente nestes anos de inflação acelerada e não param de crescer a todo momento. Se somarmos aos gastos os custos referentes a pagamento de aluguéis para a sede e sucursais, do funcionamento cotidiano, do pagamento de uma equipe mínima de funcionários administrativos e jornalistas teremos um gasto médio mensal em torno a Cr\$ 2.000.000,00.

Do lado das receitas, trata-se de uma arrecadação difícil de ser centralizada e que não consegue acompanhar a velocidade do aumento dos custos. O jornal não conta com anunciantes regulares. As receitas de banca até hoje não se recompuseram dos danos à distribuição causados pela onda terrorista de 1980. E, de um terço a dois terços do preço da capa do jornal são apropriados seja pelo banqueiro seja pela distribuidora. Temos ainda preferido não aumentar o preço de capa do jornal na mesma velocidade da inflação pois inviabilizaria a sua penetração em faixas dos trabalhadores onde é maior o desafio para seu crescimento e influência.

Por isso tudo estamos lançando esta campanha financeira simultaneamente a um esforço renovado no sentido de aumentar significativamente o número de assinantes. Ela permitirá não apenas a continuidade de um jornal que já tem sua história na luta dos trabalhadores brasileiros, como criará condições para que possamos investir em novas conquistas jornalísticas e políticas.

Participe desta campanha contribuindo com qualquer quantia, na forma de doação ao jornal, e/ou optando por algumas de várias promoções sugeridas nesta página. Pois a imprensa dos trabalhadores depende fundamentalmente do apoio de seus leitores.

A Direção do **EM TEMPO**



Nada como uma boa crise e um pouco de desaforo democrático para fazer aflorar toda a sorte de corrupções e negociatas com dinheiro público que tem se revelado uma constante e ao mesmo tempo um sustentáculo desse regime militar.

E, no Rio Grande, apareceu em grande gala, envolvendo venerandas instituições gaúchas como o Banco do Estado, a Cia. Jornalística Caldas Júnior e ilustres figuras da burguesia e da tecnocracia do Estado.

As rugas entre a Cia. Caldas Junior, proprietária dos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, da TV-Guaíba e Rádio Guaíba, evidentemente não são fruto apenas de questões pessoais entre burgueses ou pela grave ofensa ao sr. Governador Amaral de Souza, chamado pelo sr. Breno Caldas de "palmo e meio", em irreverente artigo publicado no "Correio do Povo".

Por trás dessas descortêsias entre pessoas de tão fina estirpe está uma crise econômica profunda que atinge de forma desigual setores da burguesia e que agora se vem penalizados pelas novas orientações da política econômica ditada pelo regime sob a batuta do FMI e do capitalismo monopolista. Os anos de locupletação geral da burguesia acabaram com o fim do "milagre", antes que se restaure a moralidade, estamos vivendo a etapa do "salva-se quem puder".

### A guerra de "a pedidos"

No dia 11 de fevereiro a maioria dos jornais gaúchos amanheceram com um "a pedido" dominando as primeiras páginas. Em nota oficial assinada pela Diretoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul afirmava-se, em resumo, que as críticas e difamações que os jornais da Caldas Junior haviam desencadeado contra o sr. Amaral de Souza eram apenas cortina de fumaça para obscurecer a cobrança em juízo que o Banco fizera contra a empresa por não pagamento de um empréstimo, cuja dívida atual ascende a bagatela de Cr\$ 3,2 bilhões. A nota ia mais longe, pois afirmava que além da inadimplência (leia-se calote), o devedor vencera todos os prazos sem apresentação de garantias reais para tal débito.

Ao que tudo indica, o quase já ex-governador Amaral de Souza enfureceu-se mesmo com o apelido de "palmo e meio" pois a cobrança pelos jornais custou muito caro e o respeito pelo dinheiro público não é sua principal virtude.

No dia 12, chegou a vez do sr. Breno Caldas usar os seus jornais para os "a pedido". Dirigindo-se à "opinião pública", o patriarca da "grande imprensa" gaúcha vinha a forra cobrando a falta de ética e do sigilo bancário, o ineditismo da forma de cobrança, seus 50 anos de cliente e de convivências com o poder e apresentava seus fortes trunfos: a amizade com o Planalto e o aval de Delfim & Cia para que o Banrisul continuasse "rolando" sua dívida. Afirmava que o presidente Figueiredo, no último churrasco em comum no Palácio

## Rio Grande do Sul Mar de lama inunda os pampas

A onda de escândalos e falcaturas que varre o país chegou ao Rio Grande do Sul envolvendo venerandas instituições como o Banco do Estado, a grande imprensa local, ilustres figuras da burguesia e a tecnocracia do estado.

Da Sucursal

Piratini, dissera e o próprio Amaralzinho lhe confirmara: "O Breno é pessoa séria. A família dele é gente séria". Com tais avalistas, o que são meros 3,2 bilhões pendurados em cartório?

Mas, o jornalista ia mais longe pois denunciava que avaliadores do Banrisul subestimaram o preço de sua Fazenda do Salso, cuja proximidade da capital e extensão superior a dois mil hectares seriam suficientes para garantir o débito. Junto, também, veio a denúncia grave de que a substituição oficial do Cartório de Protestos pela cobrança estampada nas primeiras páginas dos jornais custara ao Banco a impressionante cifra de 28 milhões de cruzeiros. Conforme levantamento efetuado junto aos veículos de divulgação e suas tabelas de preço, o Banrisul gastara para cobrar pela imprensa uma dívida de "cliente inadimplente" 13 milhões com TVs, 10 milhões com grandes jornais e 5 milhões com jornais do interior.

Para um banco, cujo capital majoritário é público, essa atitude é, no mínimo, comprometedor para a lisura com que seus recursos são tratados. Numa democracia burguesa normal seria motivo para demissão sumária. No Brasil, bem... com o governo federal atolado com os casos Delfin, Capemi, Baumgarten — o cruzeiro, "da mandioca" etc..., é isso aí mesmo.

Um último registro: O sr. Breno Caldas na resposta não negava o débito, mas desculpava-se de que a dimensão da dívida fora causada por operações de crédito através da Resolução 63 "que me foram empurrados goela abaixo para atender investimentos na implantação da TV Guaíba". É irônico que agora, com título em cartório, esse cidadão reclame da Resolução 63, quando seus jornais, TV e Rádio têm sido, ao longo dos anos, bastiões na defesa desse regime que aí está desde 1964.

### Deputados pedem CPI na Assembléia

As denúncias mútuas serviram para fortalecer algumas dúvidas e informações

preocupantes que já circulavam na imprensa local sobre a situação do Banrisul. O Banco até agora — fim de fevereiro — ainda não publicou seu balanço, é público no Estado que o Banco enfrenta sérias dificuldades e estaria com seu balanço em vermelho, além de outras acusações como empreguismo, favorecimentos e empréstimos a empresas falidas, mas bem cotadas junto ao governo e ao PDS.

O deputado Carlos Giacomazzi (PMDB) acabou formalizando o pedido de uma CPI após o surgimento de um novo dado grave que veio a público.

Recentemente, o Banrisul vendera à Fundação dos Funcionários do próprio Banco, numa operação superior a 5 bilhões de cruzeiros, 27 agências do Banco, sob a alegação de seu presidente Jorge Babot de Miranda que o Banrisul estava com um imobilizado muito elevado e a Fundação com excesso de Caixa e precisava fazer alguns investimentos imobiliários. Nada, portanto, como unir o útil ao agradável...

Evidentemente, há outras interpretações menos ingênuas para tal transação. Ao que tudo indica, o Banco teria uma dívida muito superior com a Fundação e o negócio teria a função de servir como artifício contábil para transformar uma parte sub-avaliada do imobilizado em uma "rendosa operação" contábil para com alguns bilhões a mais conseguir retirar do vermelho o balanço.

O mais grave porém é a forma com que ocorreu a venda. O presidente da Fundação dos Funcionários, entidade cuja função seria complementação previdenciária e assistência social aos funcionários, Mário Racunner Ferla, entrevistado pela imprensa da capital não foi além de evasivas e da afirmação que o negócio foi muito bom mas "é sigiloso" e "é um assunto que não temos interesse em divulgar".

Um assunto puxa o outro. E novos dados começaram a aparecer. Denúncias de empreguismo, de favorecimento de políticos do PDS, de "entrega" de agências novas para cabos eleitorais e para servirem de escritórios de clientelismo eleitoral antes de novembro.



A ousadia do cartunista SAMPAULO, tradicionalmente bem comportado, se explica pelo aval de Breno Caldas, dono da *Folha da Tarde*. A charge reflete o arbítrio do governador e a referência da fantasia é sua origem na cidade de Palmeira das Missões (Publicada a 12/2/83).

Com tudo isso, o PMDB já se comprometeu com a CPI e ocorrerá o mesmo com o PDT.

Na sexta-feira, dia 18, explodiu nova denúncia. O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Antenor Ferrari (PMDB) declarou à imprensa que a agência de Pelotas do Banrisul concedera um empréstimo de Cr\$ 300 milhões ao empresário Ari Lange, velho arenista e pedessista, que por coincidência é um dos diretores do Banrisul... Com isso, o próprio governador Amaral de Souza foi forçado a exigir uma Comissão de Sindicância no Banco, o que veio reforçar ainda mais a necessidade de uma CPI. Veio a tona até antigos negócios do Banco, como um empréstimo de mais de um bilhão ao Lanificio Albornoz, de Livramento, após este ter decretado concordata.

### Bancários mobilizam-se

Na segunda-feira, 21 de fevereiro, por iniciativa do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre foi realizada uma reunião dos funcionários do BANRISUL para analisar essa situação e, principalmente, o envolvimento da Fundação nesse negócio que era de total desconhecimento por parte do funcionários.

É claro que este caso recém está começando. Seguramente, uma CPI trará à luz muitos fatos novos, mas a ponta do iceberg já visível já demonstra que o "mar de lama" acumulado nesses anos de arbítrio é inquestionável extrapola qualquer avaliação que possamos fazer dos desmandos, da corrupção e das negociatas que esse regime e seus sequazes vem realizando contra o país e, principalmente, os trabalhadores que durante todo esse tempo sempre foram os mais prejudicados.

## Um desgoverno total Bancários querem explicações

Declaração do deputado Antenor Ferrari, PMDB (presidente da Assembléia Legislativa do RGS) ao jornal *EM TEMPO*, sobre a CPI que está sendo requerida para o escândalo em torno do Banrisul.

O deputado Ferrari foi, no último mandato, responsável pela comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa, tendo se destacado como um dos mais combativos deputados opositoristas gaúchos. Reeleito, foi recentemente, conduzido a presidência da AL, conforme o acordo estabelecido com o PDT para a direção da Casa pelo rodízio dos dois partidos de oposição que formam uma larga maioria no RGS.

É triste ver o Rio Grande transformado em foco de atenção nacional — porque está desgovernado. E não é apenas a oposição e os opositoristas que apontam o estado lamentável de administração do Estado: nos últimos anos, relatórios do Tribunal de Contas do Estado tem sido pródigos em críticas à extensa relação de mazelas do Executivo.

É o Banrisul vendendo prédios para fechar o balanço que está em vermelho; é a CEEE tendo títulos protestados em cartório; é a CRT sem condições, apesar do alto custo de seus serviços, de prover o Estado de telefones; são empresas de

economia mista com prejuízos tremendos causados por má administração, especialmente empreguismo, como Corsan, Cedro, Cíntea, Corlac, CRM.

Assim, impõe-se a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo deputado Carlos Giacomazzi, que entrará em funcionamento no primeiro dia de março, quer queiram, quer não queiram — pois o poder Legislativo não abre mão de sua prerrogativa de fiscalização. Por mais que expliquem nas famosas notas oficiais, há que explicar ao povo porque, em seu nome, se malbaratam recursos públicos.

Entrevista com Oraida de Souza, Diretora do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre sobre a posição dos funcionários e do Sindicato acerca do caso Banrisul. Oraida além de diretora do Sindicato é funcionária do Banco do Estado.

— Oraida, qual a posição do Sindicato e dos funcionários do Banco em relação as denúncias feitas a imprensa sobre o Banrisul?

— Os funcionários do Banco já vem reunindo há mais tempo reivindicando a reestruturação do quadro de carreira, pois com a reestruturação implantada pelo Banco em 1981, o empreguismo e as promoções baseadas em critérios políticos passaram a predominar, em detrimento de concursos, tempo de serviço ou capacitação dos funcionários.

Hoje, (segunda, dia 20 fevereiro) aproveitamos para incluir na pauta a questão das denúncias e, principalmente, o problema da Fundação, pois ela deveria ser uma entidade efetivamente dos funcionários e isso não ocorre.

— Foram tiradas algumas deliberações?

— A reunião decidiu chamar uma Assembléia Geral dos funcionários, através do Sindicato, para o dia 9 de março visando uma avaliação e

aprovarmos um relatório a ser encaminhado à CPI que está sendo formada na Assembléia Legislativa, dando a visão dos funcionários sobre o problema.

Foi definido também a realização de uma reunião estadual dos funcionários do Banco para abril.

No relatório iremos reivindicar, caso seja aprovado pela assembléia do dia 9, a convocação de representantes do funcionalismo do Banrisul perante a CPI, pois o poder legislativo que em última instância é quem deveria definir a orientação da política implementada pelo banco estatal, precisa tomar conhecimento da situação funcional e do rebaixamentos dos níveis salariais que a maioria dos funcionários vem sofrendo.

— E a Fundação, como fica a compra das agências?

— A reunião deliberou também que os funcionários do Banco devem requerer o acesso às informações sobre a compra de 27 agências do

Banco pela Fundação, num negócio superior a cinco bilhões. Essa transação ocorreu à revelia do conhecimento dos funcionários e envolvem critérios, na melhor das hipóteses, duvidosos na defesa dos interesses dos funcionários que afinal são os que sustentam a Fundação. Seria o melhor investimento? Os estatutos permitem uma imobilização desse porte? A decisão restringiu-se ao presidente da Fundação? Enfim são perguntas que não podem ficar sem respostas e sem explicações.

Para encerrar, gostaria de denunciar que paralelo às denúncias o clima de insegurança e ameaças dentro do Banrisul aumentou. Boatos de demissões em massa, listas negras começam a circular, com o claro objetivo de atemorizar os funcionários. Nós discutimos a necessidade de resistir a essas pressões e não deixar que as coisas novamente passem em branco e tudo continue na mesma".



O Diretório Nacional decidiu encaminhar o presente documento como **indicativo** para discussão entre as bases do Partido. Foi redigido por uma Comissão composta de 5 membros do Diretório, enquanto transcorriam os trabalhos da reunião.

### A situação nacional e a resposta do PT

A situação política do país depois das eleições de 1982 mostra que o regime militar continua no comando do processo político e que a oposição liberal burguesa reforça as suas posições. Esta realidade nos mostra também a longa caminhada que o PT deve percorrer nas suas lutas pela organização dos trabalhadores. Os dois grandes vitoriosos nas eleições, PDS e PMDB, embora representem, respectivamente, o regime e a oposição burguesa, tendem a conciliar seus interesses em prejuízo das classes trabalhadoras.

### A conjuntura nacional

O regime promove uma liberalização que não muda, em essência, seu caráter autoritário, repressivo e explorador. Os resultados das eleições de novembro são prova disso. Apoiado nos casuísmos, em manobras de toda a espécie, assegurou a sua continuidade, embora sob novas roupagens. Elegeu 12 governadores em eleições diretas, manteve a maioria no Congresso, garantindo maioria absoluta do Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, a oposição liberal burguesa conseguiu 10 governos de estados e ampliou a sua representação parlamentar, preparando-se para dividir com o regime as responsabilidades de governo no país.

Neste quadro se assiste à intensificação de medidas antipopulares com a ida do Brasil ao FMI, entregando a política econômica do país ao controle direto dos banqueiros internacionais. Entre estas medidas estão as alterações da política salarial, a suspensão dos subsídios à agricultura, os cortes dos investimentos públicos e a eliminação do controle sobre as remessas de lucros das multinacionais para o exterior. Aumenta, deste modo, o empobrecimento do país, o desemprego, a deterioração dos salários, ao mesmo tempo em que se agravam as condições que levam à expulsão do trabalhador rural e suas terras e diminui a produção de alimentos para a população.

A conjuntura aponta, portanto, para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores em defesa de suas condições de vida. E, em face disso, o regime prepara medidas para a contenção do movimento popular, a exemplo das recentes manobras do governo federal visando manter o controle das polícias políticas e militares dos estados.

Por seu lado, a oposição liberal burguesa caminha para dividir com o regime as responsabilidades na administração da crise em que se encontra o país. Apoiada, porém, em setores populares, ela busca, principalmente, a neutralização os movimentos sociais através de sua canalização e domesticação.

### O PT responde com a luta

A resposta do PT, diante desse quadro, é a da reafirmação de sua proposta política de construir um partido que sirva à luta e à organização dos trabalhadores, capaz de defendê-los contra o lucro e o poder dos patrões. Isso mostra que continua atual o lema do PT na campanha eleitoral e que traduz as lutas prioritárias dos trabalhadores brasileiros por **TRABALHO, TERRA E LIBERDADE**.

Assim, o Partido dos Trabalhadores mantém os seus objetivos imediatos:

— a luta contra o arrocho salarial, as demissões em massa e o desemprego que

# A resposta do PT diante da crise

*Aqui o documento aprovado pelo Diretório Nacional do PT em sua reunião do dia 5 último para debate no partido. O texto reafirma as posições gerais do PT num tom bastante combativo, enfatiza a importância da ligação do partido com as lutas sociais, demarca campo com as demais oposições e, uma novidade inédita e positiva, mesmo que não desenvolvida ainda de modo claro: na parte final do texto o PT é caracterizado como "um partido que se propõe a dirigir a luta política dos trabalhadores... estabelecendo políticas claras para sua atuação nos movimentos populares... como dirigente político das classes trabalhadoras".*

*Ainda que de maneira sintética, este enunciado pode ser um começo de ruptura com a visão de "um partido que apenas represente os trabalhadores, que seja tão somente expressão de suas lutas", que foi a visão até agora predominante na direção do PT. Romper com esta concepção (e o texto indica neste sentido) é o primeiro passo para se jogar o partido à luta, superando o imobilismo e o basismo que tem marcado fortemente o PT.*



acompanha a nova política dos patrões e do governo. O PT luta pela estabilidade no emprego, pelos reajustes salariais trimestrais, pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, pelo seguro-desemprego, e para que nenhum trabalhador possa ter reajustes salariais abaixo do real aumento do custo de vida.

— a resistência dos trabalhadores à expulsão de suas terras, fortalecendo as lutas do homem do campo que apontam no caminho da reforma agrária. O PT junta-se aos trabalhadores que lutam pela terra quando resistem às invasões dos grandes proprietários, quando ocupam as terras do governo às margens das grandes

estradas, quando reivindicam terra dentro dos grandes latifúndios, fazendas e usinas. Estas lutas preparam o dia em que os próprios trabalhadores dividirão a terra entre os homens e mulheres que vivem do seu trabalho, garantindo condições de cultivo e comercialização de seus produtos.

— a luta pela mais ampla liberdade e autonomia de organização dos trabalhadores nos planos sindical e político. O PT luta por sindicatos livres da tutela do Estado e autônomos em relação aos partidos políticos, pelo direito de greve e pela liberdade de organização de comissões de empresa. O governo diz que a nova

política salarial é apenas um passo e anuncia para breve o que chama de "livre negociação" entre patrões e empregados. Para o PT não pode haver livre negociação quando os patrões dispõem de toda a legislação autoritária, da polícia e do poder do capital, enquanto os trabalhadores não podem organizar livremente seus sindicatos e comissões de empresa e não tem direito a fazer greve.

### Independência e autonomia dos trabalhadores

A política do PT aponta para a unificação e o desdobramento das lutas dos trabalhadores bem como para a sua ligação crescente com os movimentos populares, portanto, a sua proposta original, o PT não aceita fusões pois isso seria renunciar à sua própria existência. Do mesmo modo, não aceita acordos e conchavos de cúpula pois isso não contribui para o avanço da luta dos trabalhadores. O PT se orienta para propor aos partidos de oposição ações concretas em torno de objetivos comuns, desde que atendam aos interesses dos trabalhadores e sejam livremente decididas e assumidas pelos seus militantes.

São esses os critérios pelos quais definimos a nossa posição em face dos governos recém eleitos. Diante dos governos estaduais e municipais do PDS manteremos uma linha de oposição incansável e sem tréguas pois um partido comprometido diretamente com o regime militar jamais atenderá aos interesses dos trabalhadores. Diante dos governos do PMDB e do PDT, manteremos posição de independência e liberdade de ação. O atendimento dos interesses dos trabalhadores servirá para nós como critério básico para o apoio ou a condeação de quaisquer medidas tomadas por esses governos.

### O PT cresce na luta

Para dar continuidade à sua construção como um partido que se propõe a dirigir a luta política dos trabalhadores, o PT tomará medidas para o fortalecimento de sua unidade e desenvolvimento orgânico, estabelecendo políticas claras para a sua atuação nos movimentos populares. Com essa orientação, o PT dará continuidade à sua posição de garantir os princípios de independência e autonomia dos movimentos sindical e popular e se afirmará, na luta, como dirigente político das classes trabalhadoras.

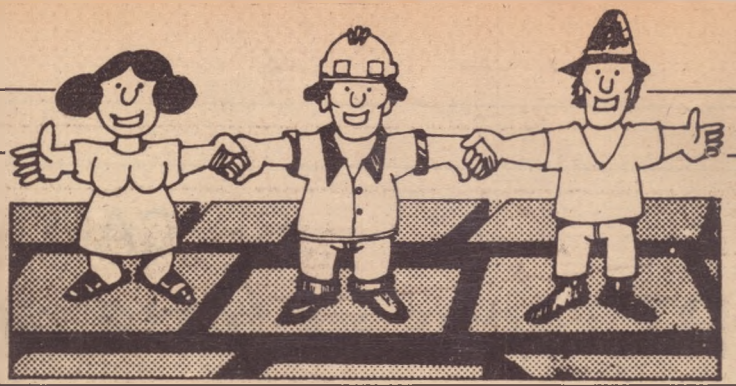
É necessário todo empenho dos nossos militantes para fazer o partido presente nos locais de trabalho, moradia e estudo, lado a lado nas lutas dos trabalhadores. Esta é a linha de ação de massas do PT. Mais justa ainda se torna nas condições de crise econômica, social e política que vivemos nos dias de hoje. Daí a necessidade indispensável da multiplicação e fortalecimento dos Núcleos de Base, mecanismos essenciais para a ligação do PT com os movimentos sindical e popular. Daí também a necessidade de definição da atuação partidária junto aos movimentos sindical e popular como elemento indispensável para a necessária multiplicação e fortalecimento dos núcleos bem como para a expansão do processo de filiações. Com a mesma importância, deve o PT se engajar no trabalho pela renovação das suas direções partidárias de modo a que representem, efetivamente, a nova realidade do partido e estejam preparados para as suas funções de direção política junto ao movimento popular.

Será este o caminho para o crescimento do Partido nas condições atuais, lutando para evitar que o peso da crise seja lançado sobre os ombros dos trabalhadores.

**PT 83: A LUTA CONTINUA**



# A posse dos deputados federais petistas



A bancada parlamentar federal do Partido dos Trabalhadores começa o ano pisando com o pé direito. Os deputados tem agido em conjunto, de maneira bastante unificada e, apesar do seu peso relativamente pequeno na Câmara, conseguiram já certas iniciativas importantes.

Já na posse no dia 1º de fevereiro, no ato de juramento de respeito à Constituição, o líder de bancada Airton Soares leu da tribuna uma declaração conjunta de toda a bancada ressaltando a ilegitimidade e as aberrações anti-populares do atual texto constitucional (ver abaixo).

Ao mesmo tempo, logo em seguida à solenidade de posse toda a bancada se dirigiu ao presídio militar em visita aos padres que lá cumprem pena condenados pela Lei de Segurança Nacional. Marcou-se assim o protesto diante das falsas louvações à democracia que campeiam depois das eleições num clima de conciliação entre os eleitos do país, ao mesmo tempo em que se destacou por este gesto a atualidade e importância da luta pela revogação desta lei repressiva.

No terreno parlamentar propriamente o PT através de sua bancada deixou claro que levará às últimas consequências as

apurações por meio de uma CPI (pela qual o partido já está buscando assinaturas entre os deputados) do escândalo Baumgarten (bem como do acordo FMI) reafirmando assim a atualidade e necessidade da luta pela desativação dos órgãos de repressão política.

Por fim o PT se negou ainda a participar do acordo para a eleição da mesa da Câmara patrocinado pelo PMDB e que dava maioria ao PDS, denunciando mais uma vez a conciliação do partido da oposição burguesa com o regime militar.

Para frente, agora no dia 25 do corrente, uma reunião nacional dos parlamentares estaduais e federais do partido a se realizar em São Paulo deverá buscar a redação de um manifesto, uma espécie de contra-mensagem, para servir de base para a atuação do partido a partir do início das legislaturas em 15 de março.

## Ressalvas à "Constituição"

O protesto da bancada no ato de posse

Brasília, 1º de fevereiro de 1983

Senhor Presidente

Ao prometermos guardar a Constituição Federal, desempenhar fiel e lealmente o mandato que nos foi confiado e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil, nos sentimos na obrigação de expressar as seguintes ressalvas:

1º A presente Carta Constitucional é outorgada e não emanada efetivamente da vontade do povo ou de seus representantes eleitos;

2º A presente Constituição faz graves restrições aos direitos dos trabalhadores, não lhes assegurando estabilidade no emprego, seguro-desemprego e ainda autoriza o Presidente da República a expedir decretos-leis, a exemplo do que altera a legislação de ajustes salariais, em prejuízo dos trabalhadores;

3º A presente Constituição contém princípios básicos de segurança nacional, da qual decorrem as salvaguardas constitucionais e a Lei de Segurança Nacional que

contrariam os verdadeiros interesses do povo brasileiro e de seu próprio conceito de segurança nacional, pois visam proteger, em primeiro lugar, os interesses dos grupos econômicos dominantes que querem ver asseguradas as suas oportunidades de acumulação de capital, mesmo quando isso se dá a custa do trabalho não devidamente remunerado de milhões de brasileiros, institucionalizando os meios de repressão política;

4º A presente Constituição não determina que as eleições para Presidente da República e para prefeitos das Capitais, estâncias e áreas de Segurança Nacional sejam diretas, conforme a vontade da grande maioria do povo brasileiro;

5º A presente Constituição limita e tutela a atividade parlamentar e o exercício do mandato, permitindo ao Poder Executivo, por exemplo, assinar acordos de fundamental importância para a Nação, como o recentemente assinado com o Fundo Monetário Internacional, sem antes discutir e aprovar os seus termos no Congresso Nacional.

(Assinado: deputados federais do PT)

Marx começou a sua crítica do capitalismo de um ponto de vista idealista. Progressivamente, à medida que foi tomando contacto com a situação do proletariado e com o movimento comunista, desenvolveu uma concepção da revolução como processo de auto-libertação das massas operárias, que ganham consciência na própria luta.

## 2. A Teoria da Auto-Emancipação do Proletariado

Marx, na sua crítica à sociedade capitalista, partiu da filosofia de Hegel. Este grande filósofo desenvolveu uma concepção da sociedade onde agrupa na "sociedade civil" o esforço de produção, as preocupações materiais, os interesses individuais, a desigualdade social, e no "Estado" o interesse geral, a liberdade dos cidadãos, a "realidade da Idéia moral". Desta forma, as contradições geradas ao nível da "sociedade civil" não podem ser resolvidas aí. Apenas ao nível do Estado os cidadãos se reencontram, realizam a sua liberdade e a sua vida espiritual. Naturalmente, toda esta concepção se inclui em uma filosofia idealista.

Assim, nos primeiros artigos escritos por Marx sobre a realidade alemã da sua época na "Gazeta Renana", encontramos várias vezes a crítica ao "egoísmo" dos proprietários, a defesa do caráter "espiritual" do Estado. Por exemplo, em um dos artigos mais famosos desta época inicial da sua evolução política, no qual analisa a lei sobre o roubo de lenha, Marx fala da necessidade de "dar a cada questão material uma solução política, isto é, uma solução conforme à razão e à moralidade do Estado".

É em conexão com o tema do "egoísmo" dos proprietários ricos que Marx começa a se preocupar com a miséria social, com o sofrimento dos pobres. Esta preocupação, que vai ficando cada vez mais intensa, se mantém contudo dentro de uma visão idealista hegeliana, onde o "espírito" continua sendo entendido como o lado ativo, como atividade, e a matéria como o lado passivo, como passividade. Por esta

época Marx começa a tomar contacto com a literatura comunista, que se desenvolvia sobretudo na França, mas vai criticá-la pelo seu materialismo, pela sua pouca preocupação (de acordo com a sua visão da época) com as questões políticas.

A orientação de Marx para o proletariado e para o comunismo vai se fazendo na medida em que vai se convencendo de que a burguesia obrigatoriamente ficaria presa aos seus interesses privados, aos seus privilégios, enquanto o proletariado, que nada possui e nada tem a perder, pode defender os interesses universais, e a emancipação da humanidade. Nesta fase da sua evolução política, o comunismo de Marx ainda é um comunismo essencialmente filosófico, uma crítica humanista dos sofrimentos provocados pelos interesses privados dos proprietários, uma denúncia da covardia diante do Estado por parte da burguesia egoísta.

Em um dos seus textos mais expressivos, a "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", de 1843, Marx desenvolve uma concepção da revolução em que esta "começa no cérebro do filósofo". As idéias dos filósofos têm de ganhar uma base material: "é certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que se derrubado por meio do poder material, porém a teoria se converte em força material tão logo se apodera das massas... As revoluções precisam, com efeito, de um elemento passivo, de uma base material". mais adiante, completará a metáfora, dizendo que na revolução o "filósofo é a cabeça, o proletariado é o coração".



A QUESTÃO DO PARTIDO  
NA HISTÓRIA DO  
MOVIMENTO OPERÁRIO

O sentido de toda esta colocação é claro: o lado ativo é desempenhado pelo filósofo, o proletariado dá a base material, representa o lado passivo.

### O impacto do movimento operário

Marx só vai mudar esta concepção a partir de 1844, quando entra em contacto direto com o movimento operário (em Paris) e se inteirou mais da literatura comunista já existente. A observação da intensa atividade, inclusive no campo teórico, das sociedades operárias comunistas mostrou a Marx que podiam muito bem representar o "lado ativo". Além disso, na literatura com que Marx tomou contacto na época, já começava a aparecer a idéia de comunismo como resultado da organização autônoma das massas operárias, da unificação dos trabalhadores. Na mesma época, Marx se informa sobre o cartismo, já em

desenvolvimento na Inglaterra, e se emociona com uma rebelião dos trabalhadores têxteis da Silésia.

É a partir deste conjunto de influências que Marx elaborou de forma coerente a sua concepção do comunismo proletário, do comunismo de massas. Esta concepção é fruto, como já foi observado desde Engels, da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês, no campo teórico, mas é também o resultado, uma síntese dialética das diversas experiências do próprio movimento operário. A concepção de Marx vai também resolver o problema com o qual estavam confrontados os comunistas da época: como o proletariado vai poder chegar à consciência comunista, a partir da situação de opressão, de alienação, de ignorância e obscurantismo a que está submetido pelo capitalismo? Como o proletariado pode se mudar, para ser capaz de mudar o mundo?

Nas "Teses sobre Feuerbach", Marx critica diretamente a idéia de que a revolução deveria ser feita por um grupo de revolucionários, com a massa incapacitada para impulsionar o processo:

"A teoria materialista" (isto é, materialista mecanicista) "de que os homens são produto das circunstâncias e da educação, e que, portanto, os homens modificados são o produto de circunstâncias distintas e de uma educação distinta, esquece que as circunstâncias se fazem mudar precisamente pelos homens, e que o próprio educador precisa ser educado. Conduz, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais está por cima da sociedade". "A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só se pode conceber e entender racionalmente como prática revolucionária".

Em "A Ideologia Alemã", fica mais claro a idéia de que o proletariado deve mudar a si mesmo na atividade revolucionária:

"Para a produção massiva desta consciência comunista, assim como para a realização da coisa mesma, é preciso uma mudança massiva dos homens, que não se pode efetuar mais que em um movimento prático, em uma revolução; assim, pois, a revolução não é necessária apenas porque não existe outra maneira de derrubar a classe dominante; mas também porque a classe subversiva apenas mediante uma revolução pode desembaraçar-se de todos os velhos impedimentos e tornar-se capaz, de tal modo, de efetuar uma nova fundação da sociedade (...). Na atividade revolucionária, a mudança de si mesmo coincide com a modificação das circunstâncias".

Assim chegamos na teoria da revolução como auto-emancipação das massas proletárias, e da formação da consciência revolucionária das massas a partir da sua própria experiência de luta, da sua prática revolucionária. No próximo artigo da série, desenvolveremos este tema, relacionando-o com a concepção marxista de partido operário comunista.

(Este tema é amplamente desenvolvido no livro de Michael Lowy, "La teoria de la revolución en el Joven Marx", em que este artigo se baseia)



SP/CAPITAL

# PT recusa oferta de Secretaria

Em meio às indefinições de Montoro sobre a Prefeitura da capital, o PT recebe a oferta de vereadores do PMDB para assumir a Secretaria da Família.

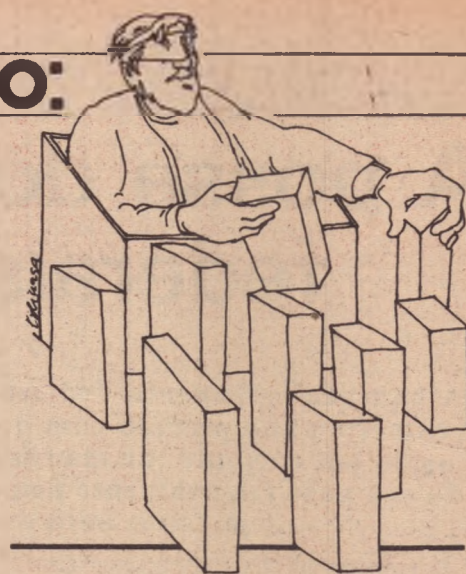
Está havendo dentro do PT forte tensão sobre se o partido deve ou não aceitar compor com o governos do PMDB, em secretarias ou cargos de confiança. A situação ficou mais aguçada quando esta semana o PT foi abordado para ver se aceitaria ou não a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social de São Paulo. A reação do partido foi positiva ao ter recusado tal tipo de proposta e por ter denunciado à imprensa e ao povo em geral como está sendo feita a definição do futuro governo e a disputa de cargos.

No entanto a posição da Executiva Estadual (ver abaixo) se mostra vacilante e abre portas de ilusões, principalmente se comparada com a posição anterior, nacional e regional, que era taxativamente contra a participação em cargos de confiança em governos PMDB.

O argumento "desde que o processo seja legítimo" não é pertinente pois a função do PT

não é semear imerecidos créditos de confiança, esperança e ilusão aos processos implementados pelo PMDB, mas sim denunciar sua traição, o compromisso de Montoro durante a campanha por eleições diretas para prefeito; combater a estreiteza de seu "participacionismo" (só se for o de sua família); sua política clientelística e aparelhista de distribuição fisiológica dos cargos; sua indecisão na questão da prefeitura da capital que deixa este espaço aberto para a briga por cargos e a demagogia; a ausência total de propostas claras de planos de governo; seu caráter burguês, conservador e tradicional de governo.

Se o aparelho da FABES é bom, materialmente, isso é certo e seria bom tê-lo em mãos; mas os compromissos políticos daí assumidos para o PT seriam corroedores de sua perspectiva que cada vez se afirma mais clara de ser o único e verdadeiro partido oposicionista.



## Não compactuamos com disputa de cargos

A nota oficial da Executiva Regional do PT sobre a oferta da Secretaria

"O Senhor Sampaio Dória, em nome do PMDB, procurou nossa companheira LUIZA ERUNDINA — Líder da Banca do PT na Câmara Municipal de São Paulo — propondo que nosso partido assumisse a Secretaria da Família e Bem-Estar Social, deixando para nós a forma de indicação deste Secretário.

Gostaríamos, primeiramente, de registrar a importância do reconhecimento por parte de outros Partidos da pertinência de nossas propostas na área e do papel aí desempenhado por nossos militantes.

Esclarecemos que o PT aceita assumir responsabilidades em determinados postos da administração, como é o caso da FABES, desde que indicado num processo legítimo, de baixo para cima, e definido o caráter e as propostas deste Governo.

A promoção deste processo de indicação não cabe ao PT isoladamente, não sendo governo e não representando o conjunto dos interessados.

Este processo deverá ser desencadeado pelo futuro prefeito e conduzido pelos interessados da área (funcionários e usuários).

Tudo isto depende entretanto de algumas definições gerais e preliminares, para as quais convocamos o PMDB, os outros partidos e a população em geral.

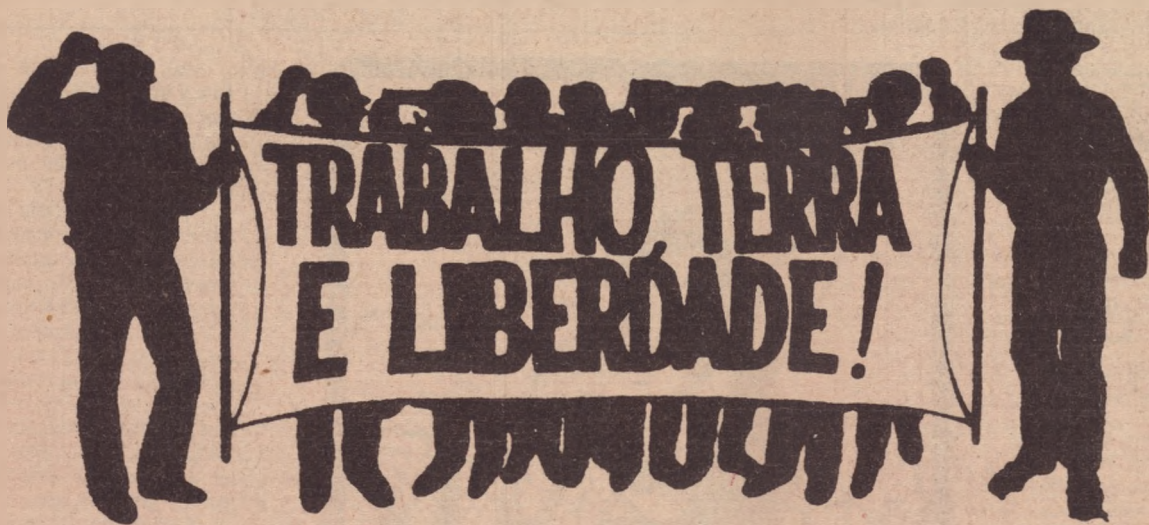
De que governo se trata? O Governo de transição que administrará a cidade até a eleição do futuro prefeito ou o governo de um futuro prefeito biônico? Como será indicado o futuro prefeito? Antes das eleições o PT e o PMDB tinham um posicionamento: eleições diretas, com ou sem a Emenda que restitui a autonomia das capitais.

Isto posto deveríamos desde já lançar publicamente nossas propostas para o município.

Sem isto todo o processo fica prejudicado. Quando falamos de Secretários Municipais, trata-se de uma secretariado provisório? De quem? Por quanto tempo?

No mais comunicamos nossa intenção de procurar a direção do PMDB para conhecermos sua visão de conjunto acerca destas questões e acertarmos formas de luta conjunta pelas eleições diretas na Capital.

Deixamos pública nossa discordância com o processo atual de definição do futuro governo da capital. Não se conhece propostas e se verifica a disputa de cargos. Não se conhece o prefeito nem como será indicado e já se conhece secretários de um governo, que não seria um governo de transição. Estas são algumas das críticas que temos ao PMDB e queremos discutí-las publicamente."



## "O processo de escolha não é democrático"

Entrevista com Luiza Erundina, líder da bancada do PT na Câmara de vereadores, onde ela fala como foi a sondagem ao partido e os problemas que o PT enfrentaria caso aceitasse.

Por Eduardo Cota

— Como foi o convite para que o PT ficasse com uma Secretaria?

— Não foi convite. Foi uma abordagem oficiosa feita pelo vereador Sampaio Dória, em nome do PMDB, se o PT não aceitaria assumir a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social. Esta proposta tinha sido articulada com o Fernando Henrique Cardoso e seria enviada para o Montoro, e eles achavam que provavelmente seria aceita. O argumento da oferta da Secretaria ao PT, era de que o PT tem o domínio da área, já tendo um grande trabalho e conhecimento dos problemas. Ficaria a critério do PT como preencher o cargo, se por eleição, nomeação, escolha ou outro qualquer. E o governo do PMDB "respeitaria a política adotada pela Secretaria, dando total independência, liberaria recursos necessários para sua incrementação e o PT teria liberdade para criticar o governo como bem entendesse. "O PT já tinha uma posição à respeito e por isso foi feita uma consulta à Executiva e ficou decidido que a definição tinha que ser mantida, a não ser que o processo de escolha fosse democrático, de

baixo para cima e definido o caráter e as propostas deste governo. O que acontece é que está havendo um movimento em setores ligados à própria Secretaria, nos movimentos populares e em setores do PT para que o partido aceite assumir a Secretaria. Por isso, ficou a dúvida se politicamente seria certo ou não aceitar.

— E o que você acha?

— Se o processo de escolha viesse de baixo, especialmente para aquela Secretaria seria um avanço. A história da Secretaria marcou um período de mobilização e luta de vários setores que conseguiram alguma vitória. O PT ter esta Secretaria seria um avanço para os movimentos, pois esta Secretaria tem recursos que se foram bem administrados e controlados pelos movimentos seria bom para o povo em geral. Esta Secretaria mexe com 70% da população e é a que está mais ligada aos movimentos populares. Mas eu só aceitaria uma decisão discutida e aprovada pelo partido. Outra coisa importante, é o fato de se estar acenando uma secretaria para o PT reconhecendo o trabalho nesse setor e a importância do PT.

— Luiza, não seria esta uma manobra para que o PT te indicasse para o cargo, enfraquecendo a bancada petista, te jogando numa secretaria tentando cooptar você e o PT para o governo PMDB?

— Poderia ser, e acrescento mais: o intuito poderia ser o de desgastar o PT, pois a Secretaria é complicada e prá eles ainda seria bom pois estariam se descartando de um pepino.

— E qual foi a reação do Sampaio Dória e do PMDB à nota?

— Eu conversei no mesmo dia com o Sampaio Dória por telefone e ele estava indignado e raivoso com a nota e a posição do PT de denunciar o fato.

— Como está a atuação do PT na Câmara Municipal de São Paulo?

— A bancada do PT está pensando em fazer um boletim com informações sobre o que acontece na Câmara e que sirva de canal de ligação com os movimentos. Está tendo uma articulação das assessorias no sentido de haver uma intervenção nos plenários dentro de um plano conjunto de ações, como tentativa de se ter uma atuação unitária.



## SÃO PAULO

Em São Paulo, o encontro petista reuniu cerca de setenta companheiras, provenientes de seis municípios da grande São Paulo, quatro do interior e da capital. A Comissão de Mulheres propôs a redução da pauta definida nacionalmente para seus dois últimos pontos: a comemoração do dia 8 de março em 83 e as formas para levar a discussão sobre a questão da mulher para o conjunto do PT — o que foi aceito.

Como conclusões, o Encontro definiu uma orientação bastante geral sobre o 8 de março, dada a precariedade das discussões anteriores e a diversidade de situações em cada cidade: que os petistas trabalhem pela realização de comemorações do movimento e não partidárias: que estas comemorações tenham um caráter massivo, sempre que possível e que não sejam apenas festas, mas atos reivindicativos, capazes de demonstrar, particularmente ao novo governo que se instala, a força do movimento de mulheres.

Sobre as tarefas internas ao PT, o Encontro se defrontou com uma série de denúncias de discriminações e de atitudes machistas entre os próprios companheiros. Verificou-se que estes problemas vêm sendo agravados pelas dificuldades de funcionamento das instâncias partidárias e pela ausência de discussões políticas. E apareceram muitas propostas para sua superação: cursos de formação para as militantes, boletim para os diretórios apontando estas discriminações, participação ativa de todas as companheiras nas instâncias do partido, inclusive na direção etc.

## O 8 de março

As articulações para o 8 de março vêm refletindo a enorme dificuldade do movimento de mulheres em São Paulo, em construir ações unitárias. Por um lado ainda flui uma enorme força a partir das bases, do interesse de centenas de mulheres em questionar sua opressão, das dezenas de bairros que continuam se organizando no cotidiano, na luta por creches, por saúde, nos clubes de mães, na esteira das eleições. Mas por outro lado, entramos em janeiro com nada menos que cinco articulações diferentes para o Dia Internacional da Mulher!

Destas, restam hoje apenas duas, que promoverão atividades diferentes: uma capitaneada pela União de Mulheres, levando a reboque a moribunda Federação e outra reunindo o CIM (Centro de Informação Mulher), o SOS-Mulher, o Grupo Ação Lésbico Feminista e a Associação das Donas de Casa da Zona Leste.

A União das Mulheres reúne, numa proposta bastante genérica de três eixos (Direitos da Mulher, Liberdades Políticas e Solidariedade Internacional), vários sindicatos, associações de bairros e entidades, numa articulação eficiente e agressiva, como é de praxe entre as seguidoras da **Tribuna da Luta Operária**. Elas promoverão atividades descentralizadas — de acordo com a realidade de cada entidade — e um ato público no dia oito, na praça da Sé.

Do outro lado, uma articulação tímida, que se recusou até mesmo a uma negociação com a União, com vistas a unificar as propostas. É certo — e isto todos os que presenciaram o 2º e o 3º Congressos da Mulher Paulista sabem — que estas negociações seriam difíceis; que a prática das "Tribuneiras", donas da União de Mulheres, é de manipulação em proveito próprio; que elas certamente não reconhecem a autonomia do movimento nem priorizam as reivindicações específicas das mulheres.

Nada disso, porém, justifica a atitude de recusar qualquer unidade na ação, antes mesmo de definir em que bases políticas ela poderia se dar. Manter uma articulação entre o que resta dos grupos autônomos e algumas pessoas representativas não é assegurar a autonomia do movimento. A autonomia se disputa e se conquista na luta contra os que a negam. A autonomia é antes de mais nada, o direito de todas as mulheres de decidirem sobre seu movimento e, portanto, de saberem porque tais grupos estão juntos, ou separados, o que nos unifica ou divide.

Mais do que isso, a autonomia do movimento hoje está ameaçada pela cooptação, pela prática "participacionista" do governo Montoro. Um 8 de março de massa, com peso político para impor nossas reivindicações, impediria que o movimento fosse cooptado ou simplesmente ignorado. Infelizmente, esta porta foi fechada pelo sectarismo e às feministas restará apoiar uma comemoração que em tudo lembra o que foi feito no ano passado.

(Marília Carvalho)

8 de Março de 83

## Aonde vai o movimento

Desde 1910, o Dia Internacional da Mulher é comemorado em todo o mundo no dia 8 de março. Aqui apresentamos o quadro dos preparativos para este ano em três estados, incluindo os Encontros Estaduais do PT sobre a Questão da Mulher, voltados principalmente para a participação dos petistas no 8 de março, a partir de uma pauta e data unificados nacionalmente.

## R.G. DO SUL

As comemorações do Dia Internacional da Mulher desde 1980, no Rio Grande do Sul, têm demarcado momentos precisos no movimento de mulheres até hoje. Após o período de grandes enfrentamentos com a política manipuladora puxada pelo **Hora do Povo**, com sua proposta de criar federações fantasmas da mulher em todo o país, passamos a viver um outro momento.

Uma expressão disso é a articulação que está organizando o 8 de março em Porto Alegre, onde participam integrantes da extinta comissão pró-federação da mulher (PDT, **Tribuna, Voz da Unidade**, CEPRS — Centro de Professores) os grupos feministas (Liberta, SOS-Mulher, Sexualidade Saúde), outras entidades e, a partir de deliberação do encontro das mulheres petistas, a participação oficial do PT. Só não participará o **Hora do Povo** e sua "federação". O critério de participação é amplo, podendo participar representantes de entidades e partidos, pessoas individualmente.

A comemoração será uma semana de atividades sobre a mulher que iniciará com uma manifestação de rua contra a violência sobre a mulher. Depois haverá debates sobre mulher e trabalho, a empregada doméstica, a trabalhadora rural, mulher e contracepção, a situação política nacional com um representante de cada partido e encerrará com uma caminhada pública no dia 8 de março.

O encontro petista deliberou que o PT deve participar e apoiar a articulação pelo seu caráter unitário, buscando ampliar o seu alcance para as mulheres trabalhadoras. Além disso, os militantes do PT devem impulsionar comemorações específicas do 8 de março nos seus locais de trabalho e moradia, como uma forma de garantir a discussão na base e a participação das mulheres trabalhadoras.



## O encontro do PT

Realizado em Porto Alegre, o Encontro do PT sobre a Questão da Mulher foi o resultado de um árduo trabalho de convocação e preparação, realizado pela Comissão para a Política da Mulher do PT gaúcho. O resultado foi um encontro diferente do anterior, com participação das bases do partido, homens e mulheres, cerca de noventa pessoas discutindo seus problemas específicos e suas formas de organização.

Seguindo a orientação nacional, o encontro foi aberto com uma exposição sobre a situação política e econômica procurando vincular os problemas específicos das mulheres com a situação geral. Logo após, a Comissão fez um histórico das lutas das mulheres desde o início do século.

O ponto alto foram os grupos de discussão por setores (setor do trabalho ou moradia): um grupo de estudantes, outro reunindo bancárias, professoras, enfermeiras; outro de jornalistas, advogadas, sociólogas; e um quarto com empregadas domésticas, donas-de-casa, operárias, trabalho comunitário e trabalho rural.

Os grupos possibilitaram que a discussão saísse do plano geral, o que aconteceria num plenário heterogêneo e fizeram um levantamento dos problemas enfrentados pelas mulheres do setor, discutindo também formas de organização possíveis.

Finalmente, o Encontro discutiu o 8 de Março de 83 e o tratamento a ser dado dentro do PT à questão da mulher, deliberando a realização de encontros como esse nas cidades do interior e nas zonas da capital. (Sônia Maluf)

## MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, o movimento está conseguindo andar para a frente. Este ano, a comemoração do oito de março terá dois momentos: no sábado, dia 5, haverá um Encontro de Entidades Femininas, onde os grupos que já têm algum trabalho com mulheres trocarão experiências e elaborarão um documento conjunto de reivindicações. Na terça-feira, Dia Internacional da Mulher, faremos à tarde uma caminhada, distribuindo uma saudação às mulheres e agitando nossas reivindicações. Às 18:30 horas, em frente à Assembléia Legislativa, realizaremos uma manifestação, com a entrega das nossas reivindicações ao novo governador. A coordenação desta programação está nas mãos dos grupos femininos, mas são convidados a participar e apoiar a manifestação os sindicatos, entidades estudantis e comunitárias.

No interior, haverá reuniões e encontros em cada cidade, entrega de reivindicações a prefeitos e delegações serão enviadas à manifestação da capital. Entre as cidades mais mobilizadas estão Juiz de Fora, Uberaba, Divinópolis e Minas Novas.

Resultado de um longo processo de amadurecimento da unidade, que começou com a elaboração do documento "Voto feminino: participação e reivindicações", entregue a todos os partidos de oposição durante as eleições, esta articulação só não inclui as companheiras que ainda se reúnem em torno do jornal **Hora do Povo**. Elas propuseram uma grande festa em saudação ao novo governador, já que "o povo está no poder em dez estados deste país"! Não tiveram eco no movimento e prometeram organizar a festa sozinhas...



## PT prepara o 8 de março

O Encontro Regional das Mulheres Petistas, realizado nos dias 5 e 6 em Belo Horizonte, contou com a presença de mais de 120 mulheres, das cidades de Araçuaí, Governador Valadares, Caeté, Ouro Preto, Monlevade, Contagem e Belo Horizonte. O Encontro foi acompanhado por dois companheiros especialmente designados pela Executiva do Partido e por outros como observadores.

No funcionamento, houve duas novidades: a divisão em grupos por categorias, conforme a orientação nacional: donas-de-casa, estudantes, professoras, profissionais liberais e um grupo que reuniu bancárias, escriturárias, funcionárias públicas, etc. A pequena presença de empregadas domésticas, operárias e representantes do interior, deveu-se principalmente às dificuldades de organização e não reflete o potencial do partido no movimento.

A segunda novidade, foi a apresentação dos trabalhos existentes com mulheres em Belo Horizonte, como o SOS-Mulher, o Curso de Sexualidade e Saúde, o Movimento de Luta por Creches e um curso de criatividade e sensibilidade.

A plenária final centrou-se na discussão do 8 de Março, definindo uma proposta a ser levada para o movimento. Este foi um avanço importante para o partido como um todo e a proposta petista foi aprovada na articulação unitária do 8 de março.

A participação de pessoas até então não envolvidas com a luta feminista, o funcionamento democrático do encontro, a troca de experiências e a iniciativa de elaborar uma proposta para levar ao movimento, rompendo com o amadorismo e a desarticulação do partido, foram conquistas importantes deste primeiro encontro. (Celina Borges)



## ENTREVISTA

Edvaldo Rosas, integrante do Comando de Greve dos funcionários das Universidades



## Servidores em movimento

Por Luci Ayala

**F**ale um pouco da FASUBRA, sua estrutura e funcionamento, e desse encontro que foi realizado

— A FASUBRA — Federação das Associações de Servidores nas Universidades Brasileiras — realiza encontros anuais desde a sua fundação. Nesses encontros pode participar qualquer sócio das entidades de base mas só os presidentes de Associações que vota. A Federação foi criada em 1978 com o objetivo claro de negociar com o MEC em nome dos funcionários das Universidades, às portas fechadas, distante das bases. Grande parte das entidades sócias tem caráter recreativo — uma piscina, uma boate e um serviço médico, quando tem, resumem a entidade — e suas direções são atreladas às reitorias, geralmente altos funcionários da administração.

Agora isso tudo começa a mudar. Esse Encontro último mostra que as mobilizações que culminaram com a greve nacional dos funcionários está sacudindo a estrutura da FASUBRA da base até a cúpula. Reunimos 160 pessoas, de 30 Associações de funcionários de todos os estados, representativas das mobilizações em cada Universidade. Em quatro dias de debates, trabalhando em comissões e em plenárias, avaliamos o movimento e traçamos os rumos da luta nos próximos meses.

**O Encontro da FASUBRA, no RIO, teve um caráter diferente dos anos anteriores, refletindo o processo de mobilização e a greve nacional dos funcionários das Universidades, que sacudiu a estruturas pelega da Entidade. Edvaldo Rosas, da diretoria da Associação dos Funcionários da Paraíba, da Coordenação Nacional do movimento e do Comando Geral de greve, faz um balanço do movimento e aponta suas perspectivas.**

—E como surgiu esse movimento?

— O movimento dos funcionários recebeu seu grande impulso da mobilização dos docentes universitários que a partir de 79/80 assumem uma postura crítica em relação à estrutura da Universidade e de luta pela correção salarial de seus vencimentos, corroidos durante os anos de silêncio. Ainda mais marginalizados que os docentes estavam os funcionários que integram as funções técnico-administrativas das instituições universitárias, submetidos a regimes de trabalho diferentes e sem uma estrutura funcional definida.

O movimento surpreendeu a todos. A própria estrutura hierárquica no interior da Universidade fazia do funcionário um ser passivo e foram os baixos salários acumulados desde 1964 que empurraram a categoria à luta. Existem funcionários com 30 anos de casa que ganham menos que o salário mínimo; nossa defasagem salarial somamais de 300% em relação ao

custo de vida de 1967 para cá; com o último reajuste de 46% a maior parte da categoria, 90%, fica na faixa de um a três salários.

Isto empurrou os funcionários à luta, na primeira greve nacional de servidores federais do Brasil na área administrativa.

—E como vocês conseguiram estruturar o movimento nacionalmente, com a maioria das entidades de base com cunho recreativo e a entidade nacional pelega?

— Desde a greve dos docentes em 1981 que começam a surgir Associações de funcionários com caráter combativo, alternativas àquelas cujas direções estavam vinculadas às reitorias, ou ainda setores de base da categoria assumem a direção das lutas, atropelando as direções atrasadas. Esse movimento, disperso e isolado, apontava a necessidade da organização e unificação nacional. O primeiro passo significativo nesse sentido foi dado quando, aproveitando-se o espaço da reunião do Conselho de Representantes da FASUBRA, realizado de 7 a 9 de outubro em Natal, foi tirada uma pauta de reivindicações e eleita uma Coordenação Nacional que, junto a FASUBRA, deveria entregar as reivindicações à Ministra, abrir negociações, coordenar e incentivar as mobilizações nos estados.

Desde o início ficou claro que a diretoria da FASUBRA fugiria da luta, basta dizer que no período da primeira audiência com o MEC o presidente da entidade, Francisco Cavalcanti, saiu de férias e mandou a carta de reivindicações da categoria pelo correio. A Coordenação Nacional formada por representantes da Paraíba, Santa Catarina e Minas Gerais, assumiu integralmente a direção do movimento. A partir daí houve várias tentativas de negociações com o MEC, sempre com respostas evasivas, ao mesmo tempo em que se realizava um calendário de mobilizações nos estados, seguidas de reuniões nacionais de avaliação.

Nesse processo começaram a explodir as greves. Primeiro foi a Paraíba que entrou em greve dia 11 de novembro e ficou 42 dias paralizada. Dia 18, Espírito Santo entra em greve, seguido por Minas Gerais e Santa Catarina. Dia 25 de no-

vembro, após nova audiência com a Ministra e já cansados de evasivas, foi eleito o Comando Geral de Paralisação e a partir de 2 de dezembro, deflagrada a Greve Geral com 17 estados paralizados, abrangendo cerca de 44 mil servidores.

— Quais as principais reivindicações e conquistas do movimento?

Nossas reivindicações gerais eram a reposição salarial de 61% a partir de novembro e o reajuste semestral, quinquênio para os celetistas, 13º para os estatutários e estabilidade no emprego. Não tivemos conquistas salariais significativas, tendo que engolir um reajuste parcelado de 40% em janeiro e 30% em junho, o que significa um reajuste real de 64% ao ano, numa inflação de 96%. Conquistamos o direito de negociar junto ao DASP, o compromisso do governo em encaminhar o novo estatuto do funcionalismo e participação na reestruturação da Universidade através das entidades.

Não conseguimos vitórias materiais maiores devido a vários fatores que vão desde o fato de uma greve da categoria de funcionários, assim como de docentes, ao não ter peso na produção, assumir imediatamente um caráter político e é nessa relação política que pode-se conquistar vitórias. Exploramos pouco esse aspecto junto à opinião pública, por outro lado, a estrutura de poder no Brasil, centralizada e autoritária, faz dos ministérios um fantoche, sem poder de decisão, submetido às ordens do executivo. E nesse momento de crise em que o governo recorre ao FMI a ordem é de intensificar o arrocho e levar o movimento ao desgaste.

E foi exatamente aí que o MEC saiu perdendo, pois não conseguiu desgastar o movimento.

— E quais são as perspectivas?

— Nossas maiores conquistas são organizativas. Foram criadas entidades de base, ou ainda as bases tomaram de assalto as direções das suas entidades, como em Alagoas, Pará, Federal Fluminense. A greve, que durou cerca de um mês, foi coordenada por representação direta do movimento de base, sendo muito pouco os presidentes que faziam parte dos comandos. A FASUBRA esteve ausente de todas as articulações e da luta, tentou conchavar com o MEC, mas acabou perdendo o controle do movimento.

Existe hoje um bloco de oposição formado por bases de entidades pelegas, como no R. Norte, Alagoas, Pará, Espírito Santo, Goiás, Federal do Rio, cujas eleições estão próximas, e por diretorias de entidades que assumiram a luta. Nosso objetivo é construir uma entidade que, de fato, seja representativa e organize nacionalmente a categoria.

Nossas tarefas imediatas são as eleições das entidades de base onde as diretorias são atreladas, as eleições da própria FASUBRA, que serão ainda em 83, e preparar, desde já, a nossa campanha salarial.

## PERSPECTIVA Internacional

Perspectiva Internacional nº 5

Sairá no dia 28 de fevereiro

- Problemas do movimento sindical no Brasil
- A crise das ditaduras no Cone Sul: Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai
- A política do imperialismo americano
- As lutas operárias nos EUA e no Canadá
- A social democracia, o movimento operário e a crise na Europa
- O movimento de mulheres frente a ofensiva de austeridade.
- A questão judaica hoje.
- A guerra no Líbano: virada na situação do Oriente Médio.



Após uma greve nacional que envolveu cerca de 35 mil trabalhadores, os docentes universitários realizam seu IIº Congresso Nacional e avaliam o movimento.

Realizou-se em Fortaleza-CE, entre os dias 31 de janeiro e 04 de fevereiro, o IIº Congresso da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES - um momento de grande importância para as lutas relacionadas com a educação em particular e a política econômica do governo, de uma forma geral.

O Congresso conseguiu avançar em alguns pontos fundamentais do movimento dos docentes, principalmente no sentido de globalizar mais as lutas dos vários setores que o compõem (Autarquias Federais, Fundações Federais, Estaduais e Particulares), num debate com muitas divergências, que se delinearão de forma mais clara na questão dos eixos de atuação do movimento.

Na avaliação da greve nacional dos docentes das Instituições de Ensino Superior Autárquicas Federais, que teve a participação de cerca de 35.000 professores e também contou com a paralisação de cerca de 40.000 funcionários (da maior parte das Universidades Federais Autárquicas), foram salientados os principais problemas referente à priorização de várias Associações de Docentes de pontos específicos da pauta, o que levou a que algumas ADs, sentindo-se atendidas em suas reivindicações principais e com dificuldades de mobilização, suspendessem a greve antes da decretação de seu encerramento por parte do Comando Nacional, numa flagrante quebra de unidade nacional do movimento (a resolução final do Congresso suprime este fato). Também foram detectados alguns problemas de mobilização e a falta de uma maior politização do movimento no transcorrer do processo, bem como problemas de direção do movimento, na relação entre a Diretoria da ANDES e o Comando Nacional, no sentido de que a Diretoria não se fez presente da forma mais incisiva.

### Os eixos centrais de luta

Haviam dois eixos centrais de luta, que perpassavam as principais discussões deste Congresso. O primeiro deles se refere à luta dos demais funcionários públicos contra a política de arrocho salarial do governo (o reajuste do funcionalismo foi de 40% em janeiro e 30% em junho, quando deveria haver um reajuste de 147% em janeiro só para resgatar o poder de compra do funcionalismo perdido durante os últimos anos). Foi definida a atuação da ANDES no sentido de tentar, junto a outras entidades do funcionalismo público, a convocação de um encontro nacional de funcionários públicos, que elaborasse uma pauta comum a ser levada ao governo. Além disto, deverá ser elaborado um cronograma de atividades comuns, não se descartando inclusive a possibilidade de uma Greve Geral do Funcionalismo (ver Em Tempo 164 com relação às mobilizações do funcionalismo em vários Estados). Haviam alguns professores que centravam como entidade fundamental para a atuação dos funcionários a CSPB, Confederação que conta com uma Diretoria reconhecidamente traidora do funcionalismo (basta lembrar a questão do reajuste semestral e outros pontos - na sua última reunião, o

## IIº Congresso da Andes



Por Américo Bernardes

Conselho da CSPB colocou a questão salarial como 21º (sic) ponto de pauta, levantando a ridícula reivindicação de 70% em maio - abaixo do reajuste reconhecido pelo governo como aquele que reporia o poder de compra dos funcionários), o que foi descartado pelo Congresso, não privilegiando qualquer entidade.

A segunda questão fundamental referia-se à Reestruturação da Universidade. A visão vencedora prioriza a internalização da questão, colocando-a como uma luta mais restrita entre os professores e o governo. No início do Congresso os partidários desta posição levantavam claramente que o movimento deveria elaborar um ante-projeto de lei, enviá-lo aos parlamentares e lutar para que o mesmo fosse aprovado no Congresso, numa perspectiva de colocar o movimento dos docentes a reboque do parlamento. Posteriormente recuaram, mantendo entretanto a visão da Reestruturação como questão interna do movimento.

A segunda linha existente colocava a Reestruturação da Universidade como luta incluída na luta geral pelo Ensino Público e Gratuito, ou seja, levantava a necessidade de maior politização da luta pela Reestruturação,

colocando-a no conjunto de lutas das demais categorias de trabalhadores pelo ensino público e gratuito. A derrota desta posição deveu-se basicamente a falta de articulação de propostas concretas e à confusão do próprio Congresso, que muitas vezes perdeu-se em questões mínimas, verdadeiras picuinhas, levando a que a questão da luta pelo Ensino Público e Gratuito, da campanha nacional não fosse discutida neste congresso, sendo remetida para o próximo CONAD (Conselho Nacional de ADs) a ser realizado em junho. É importante ressaltar que uma parte da responsabilidade deste problema cabe à Diretoria, que também não valorizou a questão do ensino público e gratuito na medida da importância que tem o tema.

Com relação à questão específica da Reestruturação, foi definido o calendário do movimento: discussões nas Instituições de Ensino Superior entre março e abril; CONAD em junho que rediscuta as propostas dos professores; mesa redonda na SBPC em julho e, finalmente, Seminário Nacional de Professores, Estudantes e Funcionários no segundo semestre, fechando uma proposta global. Também foram levantados outros pontos, principalmente no tocante aos ENCLATs, e CONCLAT, sendo definida a participação da ANDES, através de seu Presidente Prof. Luis Pinguelli na Comissão Nacional Pró-CUT (devido à decisão de Brasília que abre à participação das entidades de caráter nacional).

Como pode ser observado pelos balanços do Congresso, o movimento sai sem uma precisão mais concreta da forma de se articular com as demais categorias de trabalhadores, o que se daria fundamentalmente com a luta pelo Ensino Público e Gratuito. Neste sentido, várias ADs já colocaram a sua disposição de levar esta luta isoladamente até o próximo CONAD, quando a questão voltará a ser discutida. É de fundamental importância forçar esta luta, através de uma articulação mais forte entre estas ADs, bem como fortalecer a união com as demais entidades de funcionários públicos (principalmente os das Universidades Federais) neste período que se abre, período que promete grandes confrontos com toda a política econômica e educacional do governo.

## Pelegos ameaçam a ditadura

Uma seqüência de discursos conclamando à greve geral foi a tônica da Assembléia de dirigentes sindicais, organizada pelas Federações e Sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo. Com a participação de 180 sindicatos, 12 Federações e 22 Associações profissionais, a plenária tinha por objetivo avaliar os resultados da construção às bases sobre a proposta da greve geral. E a julgar pelos discursos dos sindicalistas suas bases são unânimes em apoiar a greve.

Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de S. Paulo, primeiro proponente do adiamento do Conclat - 82, fez um discurso inflamado sobre a necessidade de deflagração imediata do movimento paredista. Toschi, dos metalúrgicos de Osasco declarou que, depois de ouvir milhares de trabalhadores em Assembléias nas fábricas, pode garantir que Osasco pára, caso a Greve Geral seja deflagrada. Não faltou o apoio da CNTI, nas palavras de Vitorio Montovani, presidente da Federação da Alimentação de S. Paulo e membro da diretoria da Confederação.

O desfile de reconhecidos pelegos discursando sobre a Greve Geral, o caráter de blefe de suas declarações, apoiadas em falsas mobilizações e assembléias fantasmas, não deve, no entanto, esconder o que tem de significativo o episódio: a situação de calamidade pública em que a ditadura transformou a economia brasileira e os golpes sobre a classe trabalhadora são tão profundos que até os mais notórios pelegos são obrigados a reagir.

Aqueles que sempre foram os representantes e agentes da ditadura e dos patrões no interior do movimento sindical, que cresceram e engordaram à sua sombra, saíram em passeata do Sindicato dos metalúrgicos até a Pça. da Sé, exigindo a modificação da política econômica e salarial, ameaçando com a fantasma da Greve Geral. Uma claro recado à ditadura que por motivo de "força maior" não poderá contar mais com o seu apoio - ao menos de forma tão deslavada.

### 22 de março

No mesmo dia e no mesmo local - Pça. da Sé - a Comissão Sindical Pró-CUT de S. Paulo e os membros paulistas da Comissão Nacional, realizaram comício, com distribuição de uma carta aberta ao General Figueiredo, em visita a S. Paulo, também publicada como matéria paga na grande imprensa, onde exigem modificações na política econômica do governo, que joga nas costas da classe trabalhadora o ônus de uma crise produzida por uma política econômica que levou o país à falência. Nesse momento foi passado o abaixo assinado da Comissão Nacional Pró-CUT que será entregue ao executivo no dia 22 de março.

Enquanto as Federações, em mais uma atitude divisionista marcaram a para o dia 2 de março uma ida à Brasília para entregar uma carta de reivindicações ao Executivo, e o dia 8 como dia Nacional de Paralisação a Comissão Nacional Pró-CUT, e as estaduais incentivam a divulgação do abaixo assinado, realização de comícios nas portas de fábricas, bancos, grandes empresas e pontos mais movimentados das cidades como preparatórios do dia Nacional de Lutas de 22 de Março. (L.A.).

## Assembléia Estadual dos Trabalhadores gaúchos

Como parte de um calendário de mobilizações definido pela comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores do RG do Sul, dia 4 de março serão realizadas assembléias em todos os municípios do estado, reunindo o movimento sindical e popular e todas as forças políticas das regiões.

O objetivo é levantar as reivindicações e preparar Assembléia Estadual dos trabalhadores, convocada para o

dia 18 de março, no Parque da Redenção em Porto Alegre.

As assembléias municipais e estadual estão sendo precedidas por mobilizações nas portas das fábricas, bairros e ruas das cidades, onde é passado o abaixo assinado contra o desemprego, a ser entregue pela Comissão nacional Pró-CUT, dia 22 de março ao executivo nacional e pelas Inter-sindicais estaduais aos governadores de estado.





Com cerca de três mil delegados inscritos realizou-se em Natal, nos dias 20 a 25 de janeiro, o XVI.º Congresso Nacional dos Professores, instância máxima de deliberação da CPB — Confederação dos Professores do Brasil. Além da continuidade da luta pelo ensino público e gratuito, foi aprovada uma pauta de reivindicações com eixo num reajuste acima da inflação e no reajuste semestral. Como encaminhamentos foi definida a participação no dia Nacional de Lutas convocado pela Pró-CUT Nacional para o dia 22 de março, com a entrega aos executivos nacional e estaduais das reivindicações do professorado.

Resoluções sem dúvida significativas mas que em nada refletem a realidade política do Congresso que as deliberou ou da própria entidade nacional.

#### Um retrocesso político

Comparado com o XV.º Congresso, realizado ano passado em Goiânia, esse significou um grande retrocesso político. O dado mais evidente foi a fraquíssima participação nas plenárias e grupos, já que dos 3.000 delegados inscritos apenas cerca de 700 participaram das atividades do Congresso — dado obtido através da contagem de votos nas decisões mais polêmicas. Os demais espalhavam-se pelas praias e pontos turísticos de Natal, considerados pela maioria dos congressistas mais interessantes do que as palestras e debates acadêmicos em que foi gasto a maior parte do tempo do Congresso. Uma frustração para aqueles que participaram no ano passado em Goiânia do primeiro Congresso após a mudança de estatutos da CPB — onde, apesar de também haver um caráter acadêmico, houve grande participação nos debates de grupos e plenárias.

Apesar de renovada sua fachada com os novos estatutos, o caráter da entidade e a prática política de sua direção não se modificaram: as deliberações do Congresso não saíram do papel, não se transformando em real processo de mobilização da categoria. Enquanto entidade nacional a CPB não conseguiu articular as mobilizações e greves das categorias nos estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, São Paulo e demais regiões, que permaneceram tão ou mais isolados que antes da mudança de estatutos, levando ao descrédito a entidade e seu Congresso.

Um outro dado objetivo põe a nú o esvaziamento da entidade: as eleições, definidas como diretas por Goiânia, com objetivo de levar às bases o debate sobre a entidade nacional, tiveram o irrisório saldo de 12.905 votos, significando que a

## XVI.º Congresso da CPB O fim das ilusões

Com cerca de 3.000 delegados inscritos, dos quais 70% espalhavam-se pelas praias e pontos turísticos de Natal — RGN — realizou-se o XVI.º Congresso Anual da CPB. Esse fato, junto com a baixíssima participação do professorado nas eleições da entidade, refletem o vazio político e a crise de direção do movimento de professores a nível nacional.

Por Luci Ayala

entidade permanece tão desconhecida como antes para a massa do professorado. A situação é mais expressiva se considerarmos que no Rio Grande do Sul, principal base de sustentação da entidade, contando com cerca de 60 mil pessoas no quadro de sócios do CPERGS, apenas 4 mil votaram, e no Paraná sequer foram encaminhadas as eleições.

Diante desse fiasco e sem fazer uma avaliação política do resultado das eleições, o que por certo poria a nú a falta de base da entidade nacional, o Congresso resolveu por alterar as eleições, que agora serão realizadas em Congresso.

#### O fim das ilusões

Caindo por terra as ilusões daqueles que pretendiam construir uma entidade nacional pela via burocrática e mecanismos formais de mudanças de estatutos, longe das lutas reais da categoria, restou apenas o aparelho da CPB e as disputas pelo seu controle. E os delegados que participaram do Congresso tiveram oportunidade de apreciar alguns dos lances da briga pelo poder que até então corria pelos conchavos de corredores, quando a direção da entidade do Paraná, alijada da nova direção da entidade pelo seu até ontem companheiro Hermes Zaneti, propõe a anulação das eleições, chegando inclusive a impetrar um mandato de segurança para impedir a posse da 'nova' diretoria.

O referendado do Congresso aos resultados das eleições sem dúvida que fortalece o seu presidente reeleito no jogo de forças no interior do aparelho, mas aprofunda a desmoralização da entidade.

No entanto, fica claro para um maior número de professores que é somente na luta, centralizando e unificando as reivindicações e mobilizações da categoria, que se constrói uma entidade nacional representativa e direções dignas desse nome. E isso ainda está muito distante da realidade da CPB.

#### Desarticulação do Polo Combativo

Mas o mais grave da situação do movimento dos professores é que a CPB é hoje o único espaço que se reivindica da organização nacional da categoria. E a tendência observada é que para ela se dirijam entidades que até agora permaneceram fora de seu quadro de sócios, como a AMPEP da Paraíba, que filiou-se recentemente; da APENOP em Pernambuco e da UTE em Minas Gerais que já discutem a filiação.

Sem dúvida uma reversão das intenções e dos rumos do movimento apontados nos anos 79/80, quando o movimento explodiu em greves e mobilizações em todos os estados do país. Nesse período a CPB era desconhecida não só da base do professorado, mas das próprias direções do movimento com exceção, talvez, do RG do Sul e Paraná e quando interveio foi exatamente contra a luta da categoria.

O vazio de organização nacional levou as entidades combativas a se articularem com o objetivo de construir uma entidade que, nascida da luta real da categoria, representasse de fato os professores em seu movimento. No entanto a fundação prematura da UNATE teve o efeito exatamente oposto, num processo que ainda não foi completamente avaliado.

O descenso do movimento a nível nacional e a intervenção econômica em quase todas as entidades de combate que sustentavam sua articulação são alguns dos fatores apontados como causadores de sua não estruturação. Esse é, no entanto, uma resposta parcial, na medida que não contempla as razões políticas de sua falência. A pouca maturidade política de sua direção teve como consequências a desarticulação do polo combativo e a situação desfavorável em que hoje se encontram na relação de forças no interior do movimento.

O resultado objetivo é que esses setores do professorado hoje ingressam na CPB desarticulados, sem um projeto claro de intervenção no interior da entidade que contribua para o avanço do movimento.

#### Um Congresso de lutas

O esvaziamento político da entidade começa a ser uma preocupação da própria direção da CPB. Na reunião do Conselho de Entidades, realizado após o Congresso foi assumida a preocupação de que a instância máxima da entidade transforme-se no evento turístico anual dos professores, resumindo-se a propiciar uma estrutura para que os mestres viagem nas férias com poucos gastos.

No entanto, transformar o Congresso num momento de participação do professorado em sua entidade e na definição de suas lutas implica em mudar o seu caráter e, em decorrência da própria CPB, o que talvez não seja exatamente o projeto da equipe que a dirige.

Organizado com base a palestras em plenário que se desdobram em debates de grupos, orientados à moda "pedagogia americana", o Congresso da CPB é, na verdade, uma espécie de simpósio sobre os "problemas da educação e dos educadores". Sua preparação nas entidades regionais não se constitui, com raras exceções, num debate em torno da política sindical da entidade, organização de campanhas e lutas da categoria. Sem isso seus delegados são escolhidos desvinculados de propostas políticas e portanto com um compromisso meramente formal de participarem do Congresso. O resultado é que cerca de 70% dos delegados ao XVI.º Congresso da CPB dedicaram-se ao turismo e não ao debate político.

Se isso é lamentável não deixa de ser funcional àqueles que pretendem manter a categoria despolitizada e assim garantir o controle da entidade e seu papel de "representantes" do professorado junto ao governo e demais setores sociais. Só que depois de determinados limites a situação de esvaziamento torna-se preocupante pois desmoraliza a direção da entidade como interlocutora, para qualquer coisa.

Uma real modificação no caráter da entidade, sua transformação numa referência de organização e luta para o professorado passa pela disputa política em seu interior e necessariamente pela articulação de seus setores combativos. É um passo importante nesse sentido é fazer do próximo Congresso um momento de reflexão sobre as experiências vividas, de organização e unificação de lutas.



R.G. do Sul 6ª ROMARIA DA TERRA

# O protesto dos colonos contra as barragens

Na terça-feira de carnaval 20 mil colonos marcharam na defesa das suas terras contra os planos de barragens e inundações da Eletrosul.

Por Helena Bunumá

6ª Romaria reuniu 20 mil pessoas este ano em Carlos Gomes, uma vila no interior do município gaúcho de Erechim. Realizada na terça-feira de carnaval, a Romaria deste ano foi um ato de protesto dos colonos contra as barragens que serão construídas no estado e um alerta à opinião pública sobre os problemas que elas trarão.

Nos próximos anos, serão construídas 25 barragens no rio Uruguai: 22 nacionais na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e 3 binacionais, em conjunto com a Argentina, conforme já analisamos na edição nº 165 de ET. A área total atingida será de 75.300 km<sup>2</sup> sendo que a população desta área é de 2.500.000 pessoas das quais entre 150 a 200 mil serão desalojadas. (\*)

A Romaria da Terra é uma ocasião que tem marcado cada vez mais, no Rio Grande do Sul, o movimento dos agricultores e trabalhadores rurais. É uma promoção da CPT-Comissão Pastoral da Terra e conta com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais mais combativos, das oposições sindicais, da Comissão das Barragens e demais setores do campo e da cidade que estão empenhados na luta pela terra e pela reforma agrária. A Romaria sempre acontece na terça-feira de Carnaval, e a cada ano é dedicada a alguma luta específica que se esteja desenvolvendo nos movimentos rurais representativos no Estado. Em 1982, na Encruzilhada Natalino, acampa-

mento dos sem-terra de Ronda Alta, ela foi um momento marcante na luta dos colonos, uma demonstração de força e, ao mesmo tempo, uma amostra da solidariedade e do apoio que eles estejam recebendo dos trabalhadores da cidade e no campo, das forças políticas oposicionistas ao regime, que levaram milhares de pessoas ao famoso acampamento de resistência dos colonos da Encruzilhada Natalino.

Neste ano, o tema da Romaria foi o problema das barragens a serem construídas pela Eletrosul (Eletrobrás) no rio Uruguai, motivo pelo qual ela foi realizada numa das áreas a serem atingidas no norte do Estado, região do Alto-Uruguai. Carlos Gomes, o local do Encontro, é uma comunidade que será totalmente inundada pelas águas e em muito simboliza o drama dos milhares de pequenos agricultores que serão atingidos.

Contando com a participação de colonos de todo o Estado e de trabalhadores e lideranças sindicais urbanas, a 6ª Romaria constituiu-se num gigantesco protesto contra mais uma decisão governamental que ocorre à revelia da sociedade, dos maiores atingidos pela política energética da Eletrosul. O ato em Carlos Gomes foi um grito de alerta contra essa política cujas consequências até hoje são sentidas por ex-moradores de outras áreas já inundadas como os da área da barragem de Passo Real onde muitos dos atingidos até hoje — após

muitos anos — não foram realocadas em novas glebas de terra.

Numa grande passeata, a Romaria transcorreu com quatro paradas onde foram encenados, pelos próprios agricultores, moradores das vilas de Porto Alegre e operários. Os quadros representavam momentos do processo de expulsão do colono do campo para a cidade e para os projetos de colonização. A tarde, houve a tradicional Tribuna Livre, onde num enorme comício qualquer trabalhador pode usar a palavra para fazer suas denúncias, defender seus interesses. Este ano, talvez por não ser um ano eleitoral, foi sentida a ausência de inúmeros parlamentares que no ano passado lá estiveram.

O PT esteve presente através de seu presidente, Olívio Dutra, levando a solidariedade do Partido e o apoio à luta dos colonos na defesa de suas terras. Presente também, o recém eleito presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Antenor Ferrari (PMDB) e

um grande número de líderes sindicais no campo e da cidade.

No fim da tarde, a celebração da missa por vários bispos e a reafirmação dos agricultores de sua disposição de continuarem firmes na luta encerrou a Romaria.

Outra importante deliberação da Comissão de Barragens é de estender a organização dos agricultores dos demais municípios que serão atingidos e ainda não possuem uma Comissão Municipal em funcionamento, bem como a reafirmação da bandeira maior do movimento — não aceitar outra condição que não seja a troca de TERRA POR TERRA, no mesmo Estado ou Estado vizinho e da mesma qualidade.

(\*) **ERRATA:** A última edição do ET não precisou devidamente esta diferença entre a população da área e contingente sob ameaça de desalojamento.

## INTERNACIONAL

Para muita gente, mesmo alguns setores de esquerda, o Estado de Israel apresenta uma contradição inexplicável. Por um lado, tem uma posição de destruição do movimento nacional palestino, de cão de guarda do imperialismo no Oriente Médio. Por outro lado, internamente, é dotado de instituições democráticas bastante sólidas, a ponto até de suportar que uma Comissão Independente (a Comissão Kahan) aponte em seu veredito a culpabilidade direta do ministro Ariel Sharon nos massacres aos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano. Em nome da "defesa das instituições democráticas", inclusive, setores importantes da oposição israelense ao governo Begin, como o Partido Trabalhista e o Movimento Paz Agora (responsável, inclusive, por imensas concentrações de massas contra o massacre no Líbano), chegaram a decretar uma trégua em sua luta contra o sanguinário "premier", até o veredito desta mesma comissão.

No entanto, por trás da imagem democrática do estado israelense estão suas estranhas de violenta repressão. Com o acirramento da crise, esta repressão, anteriormente voltada apenas contra o movimento palestino, contra os habitantes dos territórios ocupados por Israel, passa a se expandir, atingindo além do Líbano governado pelo tiranete de ópera Gemayel, o próprio conjunto da sociedade israeli.

Durante a "trégua" concedida pelas oposições, Begin não brincou em serviço. Patrocinou a ocupação total do Sul do Líbano pelas tropas falangistas e do major Saad Haddad, tentando inclusive desalojar as populações drusas das montanhas Chouf. Batidos na guerra, os assassinos falangistas só conseguiram seu objetivo, parcialmente, através de uma intensa campanha terrorista. Centenas de famílias drusas assassinadas friamente, todos os dias. Enquanto o Sul do Líbano era entregue a gangsters mercenários, a oposição israelense, em nome da democracia, se calava.

No entanto, as atitudes dos democratas de Tel Aviv não param por aí. Segundo dados da Cruz Vermelha Libanesa, desde junho do ano

## Israel

# Uma democracia no Oriente Médio?

Por trás da imagem do "único estado democrático do Oriente Médio" cada vez mais vem se mostrando uma terrível máquina de repressão política não apenas contra os palestinos mas contra amplos setores da própria sociedade israeli.

Por Jayme Brener

passado, cerca de 50.000 pessoas foram presas, no Líbano, "para averiguação". Embora milhares tenham sido soltos nos meses seguintes, Israel admite deter seis mil prisioneiros políticos. A situação nos campos de concentração Ansar (Líbano), Meguido, Safed e outros, no país dos sobreviventes dos campos de concentração, é desumana. Milhares de pessoas amontoadas a céu aberto, sem a menor condição de sobrevivência. Os dados das autoridades israelenses contrastam com a Anistia Internacional, segundo a qual existem de dez a quinze mil desaparecidos. Onde estão os restantes, vítimas da metódica operação de aniquilação da equipe israelense, similar às dos democratas, Pinochet, no Chile, e Videla, na Argentina?

E nos territórios ocupados, o que fazem nossos democratas? Ora, prosseguem com seu projeto de "colonização judaica", tentando atrair novos moradores para terras roubadas às populações palestinas. Um jovem casal poderá comprar uma casa bem baratinha... se for morar em uma das novas cidades erigidas em terras roubadas. Só em dezembro último, em Samoa, perto de Hebron, 1500 "dunam" (medida de terra em Israel) foram "expropria-

dos". Mesmo assim, frente à crescente oposição interna à colonização muitas novas povoações encontram-se desabitadas. Os conflitos entre membros dos movimentos "Paz Agora" e "Movimento contra a guerra no Líbano" e religiosos fanáticos têm sido frequentes. Em Hebron, p. ex, houve choques entre partidários de Begin — que queriam a derrubada dos alicerces de novas casas de moradores palestinos — e militantes pacifistas. Por outro lado, o tenente brigadeiro — Rafael Eytan, responsável pela repressão aos moradores dos territórios ocupados, defendeu pela TV israelense a necessidade dos colonos direitistas andarem armados para "defender a democracia" contra manifestações anticolonização. Ainda nos territórios ocupados, o governo israelense fechou, nos últimos dias, a Universidade Najah, e o colégio Kadri Tukan, em Nablus, para tentar deter o crescente movimento contra a ocupação.

## Repressão prá fora e prá dentro

Porém, é dentro da própria sociedade israelense que os limites do "único estado democrático do Oriente Médio" tornam-se mais e mais

estreitos. Enquanto o governo israelense tenta impedir os freqüentes encontros entre lideranças pacifistas do país e membros da OLP, como o recente, onde Yasser Arafat convervou, entre outros, com Uri Avnery, liderança do Paz Agora, a repressão cai sobre os trabalhadores israelenses. Em dezembro do ano passado, um jovem judeu de origem oriental, Samson Yehosuvá foi assassinado pela polícia israelense ao resistir à demolição de sua casa, em uma das favelas de Tel Aviv. As manifestações pacifistas, ou de apoio às populações palestinas, contra a colonização têm sido violentamente reprimidas. No dia 10 de fevereiro, em frente ao parlamento israeli, um jovem manifestante pacifista foi assassinado por uma granada arremessada por partidários de Begin/Sharon/Shamir, armados pelo governo.

Eis a democracia israelense.

Frente a este quadro, fica claro que não há democracia sem igualdade política e social de todos, não bastam eleições. Frente a este quadro, fica claro que falta à oposição majoritária em Israel, uma alternativa à Begin. Jamais os trabalhistas poderão garantir uma paz justa e duradoura, pois, durante 30 anos, à frente do estado israeli, garantiram a repressão ao movimento nacional árabe, foram os artífices das primeiras expulsões de populações palestinas. E hoje, como inocentes corifeus, sentem-se "repugnados" pelas atitudes de Begin & Cia. Mas são seus fiadores no massacre ao Líbano. No entanto, dentro do estado de Israel uma crise se gesta. Lançando mão de todos os meios à sua disposição para manter-se no poder, e contando com a passividade dos trabalhistas, Begin põe a nú a verdadeira face do Estado de Israel. Chocando-se com seus dirigentes conciliadores, as massas do "Paz Agora" lentamente perceberão que nenhuma paz será garantida com a manutenção do caráter reacionário do estado de Israel; nenhuma paz será garantida tendo como patrocinadores os senhores da guerra.

A verdadeira paz só poderá vir dos trabalhadores da região, judeus e palestinos.



## El Salvador

# Novas oportunidades para o movimento revolucionário

Por José Leite

As operações de janeiro das forças guerrilheiras de El Salvador parecem ter tido um efeito semelhante ao da ofensiva. Tei no Vietnã em 1968 — tornar claro para a opinião pública mundial que o governo está perdendo e que as forças revolucionárias não poderão ser contidas sem uma drástica mudança no quadro no qual se dá o conflito.

No auge de sua ofensiva, os rebeldes ocuparam a pequena cidade de Berlin, na província de Usulután. Eles destruíram, em primeiro de fevereiro, a delegacia de polícia, usando canhões de 120 mm e bombas incendiárias, cercando, em seguida, o quartel do exército. Os rebeldes dominaram a cidade por quatro dias, apenas se retirando quando o exército governamental lançou uma contra-ofensiva em larga escala.

O governo contra-atacou com tudo que tinha ao preço de um enorme custo político. Ele utilizou a aviação militar fornecida pelo imperialismo americano para devastar a cidade, forçando o "moderado" arcebispo de São Salvador, Monsenhor Arturo Rivera Damas, a denunciar o episódio. Ele concluiu, em 6 de fevereiro o governo a encerrar o "bombardeio indiscriminado". Ele disse que cerca de 250 civis morreram nos bombardeios e cerca de metade da população da cidade abandonou quando a luta começou. O exército tratou Berlin como uma cidade inimiga.

Na corrida para esmagar os rebeldes em Berlin, alguns assessores militares norte-americanos se aproximaram demasiado da frente de luta. Um sargento foi metralhado quando sobrevoava o campo de batalha em um helicóptero.

O incidente foi politicamente perigoso para Washington. Ele liga diretamente os EUA a uma operação massiva de terror no estilo da guerra do Vietnã. Mais ainda, esta foi uma operação onde os aliados locais de Washington começaram a aparecer como perdedores, trazendo de volta imagens de um passado não muito distante que os líderes americanos estão ansiosos para ver esquecido.

Washington está preocupada em parecer estar se envolvendo em uma escalada militar e os acontecimentos de Berlin colocaram um obstáculo adicional no caminho da crescente intervenção americana.



Tropas da FMLN ocupam mais um povoado

Como afirmou um assessor americano em El Salvador citado pelo semanário *Newsweek* de 14 de fevereiro: "Esta semana ilustra a tendência que está se inaugurando em El Salvador". E concluiu, "no próximo mês será uma cidade maior do que Berlin, talvez dois assessores feridos ou um morto".

E é isto que está acontecendo. O exército lançou, no dia 19, uma contra-ofensiva da qual participam quatro mil soldados, para tentar romper o cerco guerrilheiro à estratégica cidade de Suchitoto. Como notícia a *Folha de S. Paulo* de 22 de fevereiro, "atacando em três frentes, e apoiados por helicópteros, tanques e artilharia pesada, os quatro mil soldados não conseguiram, até ontem, desalojar os rebeldes que mantém a cidade sitiada há 13 dias".

O exército de El Salvador sofreu também uma importante derrota quando uma patrulha de 37 soldados foi dizimada, na noite do dia 14, quando tentava infiltrar-se num reduto guerrilheiro na região de Zacatecoluca. Esta tática, ataques noturnos de infiltração por pequenas patrulhas, é a preconizada pelos assessores americanos, a partir da experiência dos "boinas verdes" no Vietnã, como a única capaz de fazer frente aos avanços militares da guerrilha. A tática normalmente empregada pelo exército são ataques massivos aos baluartes da guerrilha que apenas provocam a

sua retirada temporária e desguarnecem outras regiões, permitindo a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional ampliar suas atividades militares. Este revés na aplicação da tática anti-guerrilheira preconizada pelos americanos sem dúvida aprofundará a desmoralização do exército da ditadura.

## Propostas de negociação

Eis porque oficiais norte-americanos estão, segundo revelaram fontes diplomáticas latino-americanas, trabalhando em uma proposta de negociação com o FMLN.

O Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders, propôs uma estratégia com dois caminhos: "na qual os EUA se prometeriam a negociar com as guerrilhas esquerdistas, enquanto continuariam a apoiar os esforços militares do governo salvadoreño para eliminar os rebeldes."

Guillermo Ungo, líder da Frente Democrática Revolucionária, integrante de FMLN, visitou Paris no início do mês. O *Le Monde* de 9 de fevereiro o entrevistou: "Nós reiteramos solenemente a nossa oferta de negociação. Nós fazemos esta oferta quando nossas forças estão mostrando, nos campos de batalha, que elas tem a iniciativa. Nós não a fazemos devido a nossa fraqueza mas porque nós pensamos que é necessário dar uma resposta

imediate ao crescente número de pessoas em nosso país que querem a paz."

## Os direitos humanos e a solidariedade internacional

O respeito aos valores democráticos e humanitários pela FMLN tem ajudado a fortalecer suas posições políticas no país e internacionalmente. Mesmo os assessores americanos tem que reconhecer que a FMLN trata bem os soldados capturados e os solta logo que seja possível. Em novembro o *Los Angeles Times* reproduziu a seguinte observação de um perito ianque em guerra psicológica: "Estes homens libertados são mais perigosos para o exército do que um canhão de 120 mm. Eles dirão a seus colegas soldados que eles foram bem tratados, o que os encorajará ainda mais a que eles se rendam da próxima vez que forem cercados."

Em contraste com isto, o relatório da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas de 9 de fevereiro afirma que cerca de cinco mil pessoas foram assassinadas, em 1982, em El Salvador, a maioria pelas forças de segurança e pelos direitistas. O relatório lembra que ninguém jamais foi condenado pela violação dos direitos humanos em uma corte salvadoreña.

A proposta da FMLN para a negociação de um acordo baseado na democracia, sem que as forças populares de defesa sejam desarmadas, é pedagógica, auxiliando a clarificar, neste contexto, o fato de que é ditadura militar e o imperialismo que temem permitir ao povo organizar-se e expressar-se livremente.

Tais iniciativas podem ajudar a atrair a atenção e a simpatia das massas dos maiores países da região e dos centros imperialistas, sem o que será extremamente difícil conduzir a revolução salvadoreña à sua vitória final.

O impacto que a luta dos salvadoreños tem tido internacionalmente ilustra a sua força política. As pressões criadas pela crescente luta revolucionária em uma região vital para o imperialismo continuarão a colocar difíceis testes, bem como oportunidades, para o movimento revolucionário salvadoreño. Neste sentido, a força do movimento de apoio ao povo salvadoreño pode pesar decisivamente para o seu futuro.

## ITÁLIA

# Os trabalhadores aceitarão o contrato social?

A Itália foi varrida, no início do mês de janeiro, por uma das maiores ondas de mobilizações e lutas operárias de sua história, elas correspondem a uma reação espontânea às medidas de austeridade impostas pelo governo democrata cristão de Amintore Fanfani e às pressões do patronato para obterem vantagens nas negociações com as federações dos trabalhadores, que deveriam ser concluídas até 1º de fevereiro (particularmente no tocante ao fim da escala móvel de salários, conquistada em 1975).

As greves começaram em Gênova, a partir de 4 de janeiro, convocadas por comissões de fábrica, alastrando-se nos dias seguintes, de forma pontual, por todo o país. Desde o início, os trabalhadores utilizaram formas bastante radicais de luta, como a ocupação de aeroportos e estações de trem e o bloqueio de ferrovias e rodovias. Em várias cidades, assembléias de delegados de fábrica procuraram generalizar e centralizar, apesar do boicote aberto das direções das centrais sindicais (CGIL, CISL, e UIL), seus protestos. Comentando a manifestação de protesto, em 7 de fevereiro, de 50 000 trabalhadores pelas ruas de Milão, o *Corriere della Sera* escreveu: "Foi quase uma greve geral. Ninguém a convocou. Uma paralisação do trabalho foi anunciada apenas pelos operários metalúrgicos e químicos, mas outros trabalhadores também entraram em greve no setor industrial, nos escritórios governamentais e nos serviços.

Face a esta explosão de descontentamento, a direção da União dos Trabalhadores Italianos (UIL, ligada ao PSI), lançou um furioso ataque contra os conselhos de fábrica. Garniti, dirigente da Confederação Italiana dos Sindicatos Livres, (CISL, ligada a democracia cristã) praticamente deu sinal verde para a intervenção policial contra os protestos operários "muito radicais".

Estas pressões obrigaram as três centrais sindicais a convocarem, no dia 18 de janeiro, uma greve geral de quatro horas. Ela foi um enorme sucesso, com a participação de mais de seis milhões de trabalhadores. Só em Milão as demonstrações conduziram às ruas duzentos mil manifestantes.

Estas manifestações não impediram, entretanto, os burocratas sindicais de assinarem, em 22 de janeiro, um acordo com o patronato que representa a tentativa de pacto social mais sistemática que a Itália já viu. Fundamentalmente as direções sindicais aceitaram o conjunto da política de austeridade do governo e as maiores demandas do patronato.

O acordo prevê, logo de início, um reajuste do mecanismo de escala móvel dos salários. É verdade que o aumento de salário correspondendo a cada ponto de variação do custo de vida continua igual para todos (seis mil e oitocentos liras por ponto, aproximadamente dois mil cruzeiros), mas o novo mecanismo compensa menos do que antes os efeitos da

inflação. É difícil de calcular desde já a perda de salário real para os trabalhadores: em todo caso, as estimativas oscilam entre 18 e 25%. É necessário acrescentar, entretanto, que a interpretação do texto assinado é polêmica, com as partes dando cada uma uma leitura. Os sindicatos afirmam que as frações de ponto que não são levadas em consideração em um trimestre dado devem ser consideradas no cálculo do semestre seguinte, enquanto que os patrões pretendem que elas sejam simplesmente perdidas pelos trabalhadores. O governo parece abraçar a interpretação dos sindicatos, mas a discussão continua aberta.

Em segundo lugar temos os limites rígidos que são colocados aos aumentos salariais, por ocasião dos novos contratos coletivos de trabalho. Os aumentos serão escalonados em três anos e não poderão ultrapassar respectivamente 25, 35 e 40 mil liras. A duração dos contratos se prolonga de três para três anos e meio e os contratos ao nível de empresa, que tradicionalmente jogavam um papel importante, serão praticamente esvaziados de todo conteúdo na medida em que eles não poderão conter vantagens superiores às contidas nos contratos nacionais.

No que concerne ao horário de trabalho, só se previu reduções modestas, de vinte horas por ano a partir do segundo semestre de 1984 e outro tanto a partir do primeiro semestre de 1985. De mais a mais, trata-se de reduções de horário já inscritas nos contratos precedentes,

mas que o patronato se recusou a cumprir, sob os mais diversos pretextos.

Finalmente, e trata-se de um ponto muito importante — o patronato obteve uma vitória incontestável no que concerne às normas de recrutamento. Trata-se do direito de contratar diretamente, sem passar pelos escritórios governamentais (onde os sindicatos tem direito de observação) 50% aos trabalhadores de que os patrões tenham necessidade, e o direito de contratação temporária. Um limite de tempo será também fixado para o gozo do seguro-desemprego, embora nenhum limite ainda tenha sido formalmente definido. É entretanto possível, mais uma vez, que exista uma diferença importante entre o que os sindicatos concederem no papel e o que vai ser efetivamente colocado em prática. Tudo depende das reações que emanem da classe operária.

No momento, um sentimento de confusão e desesperança tende a prevalecer. Nas assembléias que já houveram nas fábricas, os burocratas sindicais se esforçaram por esconder o peixe, e evitaram colocar o acordo em votação. Algumas fábricas e cidades continuam desenvolvendo importantes lutas isoladas Mas para o conjunto da classe operária o significado desse acordo ainda não está claro. Quando isto ocorrer, será difícil deixar de se contar com mais uma prova da extrema combatividade da classe operária italiana.

J.L.



**Q**ual é, na sua opinião, o balanço do ano transcorrido?

— O que se passou na Polônia no 13 de dezembro é comparável aos acontecimentos da Hungria e da Tchecoslováquia. Face à utilização de uma tal força, e face a um tal modo de utilização desta força, uma sociedade, mesmo a melhor organizada, é impotente. Isto é inevitável. Para se opor, seria necessário preparar-se militarmente. Aliás, os húngaros tentaram, e não conseguiram. É impossível de escapar, enquanto Moscou estiver por trás.

Para saber o que foram nossos sucessos do último ano, é preciso fazer uma comparação com a Hungria e a Tchecoslováquia. Vê-se então que nós conseguimos defender e preservar bem mais coisas. Lá, todos os meios que criavam a opinião e mantinham uma reflexão política foram destruídos. Não havia mais nenhuma alternativa. No nosso caso, foi possível criar, apesar de imperfeitamente, uma tal alternativa. É impossível dizer se a clandestinidade conseguirá propor um programa político alternativo capaz de unir em torno dele homens e ações para uma duração prolongada. A atividade da comissão Provisória de Coordenação (TKK) e do Solidariedade consiste mais em organizar a discussão do que em criar um programa. Este programa ainda está por criar. Pessoalmente, estou convencido que poderemos apresentar este programa o início do próximo ano.

É preciso também considerar o estado de guerra do ângulo de uma confrontação com o poder. Na Tchecoslováquia, eles conseguiram perfeitamente sufocar toda a honra, o espírito e a ambição através de declarações de submissão ao poder. Aqui, renunciaram muito cedo a este estratégia. O nosso maior sucesso é o boicote dos novos sindicatos. E eu não penso que esta vontade de resistência vá diminuir. Não penso que o poder seja capaz de encontrar os meios de pressão econômica ou outros poderosos o bastante para obrigar as pessoas a aderir aos novos sindicatos.

As ações diretas tiveram, na minha opinião, um outro significado. Nenhuma delas foi suficiente para que possamos falar em vitória. Mesmo as manifestações do 31 de agosto foram fracas demais para um sindicato de 10 milhões de membros. Mas é útil e mesmo indispensável empreender todas estas ações para poder ganhar em outros domínios.

As manifestações de 31 de agosto foram, na minha opinião, importantes o bastante para constituir um apoio à clandestinidade e fracas demais para preservar a legalidade do Sindicato. Eu considero o 31 de agosto a última possibilidade de salvar o direito do Solidariedade a uma atividade legal. Quando se viu que havia nas ruas não 150 mil manifestantes, mas 15 mil ou 50 mil, foi dez vezes mais fácil para as autoridades tomar a decisão de colocar o sindicato fora da lei.

**— Fala-se que as ações de massa não podem ter sucesso sem uma boa direção.**

— Eu não quero, sobretudo, ser tratado como uma direção. Nós não podemos dirigir nada, podemos sugerir, indicar certas coisas. Antes de dezembro, tínhamos a possibilidade de dirigir o sindicato. Desde então, não há mais esta possibilidade, e isto traz muitas consequências. Tudo foi feito de acordo com cada querer e fazer ou não querer. Não há ordem que seja executada com certeza, tudo se faz na base de uma discussão que busca um acordo, e isto atrasa muitas coisas no plano da organização. Além disso, há um longo período de seleção, de eliminação natural daqueles que não sabem ou não querem agir e daqueles que, por diversas razões, devem fazer suas provas. Basta ver como se desenvolveu nossa região: o número de militantes aumenta regularmente, mas isto apenas à medida que são feitos os contactos, que as pessoas fazem suas provas e se organizam.

### Resistindo aos serviços de segurança

Eu penso que, ao longo de todo o ano, o mito da onipresença e da onipotência dos serviços de segurança foi destruído. Não inteiramente,

## Balanço de um ano de clandestinidade

**Entrevista com Zbigniew Bujak, trabalhador na fábrica URSUS, e presidente do Solidariedade na região de Varsóvia. Desde o golpe de 13 de dezembro, é um dos principais dirigentes do Solidariedade na clandestinidade, membro da Coordenação Provisória de Coordenação (TKK). Esta entrevista, publicada clandestinamente na região de Varsóvia, faz um balanço da atividade ao longo do último ano, e prossegue o debate sobre a orientação da luta na Polônia (a este respeito, a Perspectiva Internacional nº 4, de setembro-outubro de 1982, publicou um dossiê).**

pois houve muitas prisões. Mas a ideia bem difundida no início de que nada lhes poderia escapar se desmoronou. Isto prova que não devemos renunciar a formas de ação clandestinas, e que quando os momentos críticos chegam, é exatamente à clandestinidade que é preciso recorrer. Se conseguimos nos esconder por um ano e ficar ativos, é em uma larga medida porque o número de pessoas prontas a colaborar com o regime se mostrou muito restrito. Eu estou profundamente convencido que se houvesse em Varsóvia uma porcentagem importante de pessoas querendo nosso fim, há muito que teríamos sido localizados e detidos.

Para voltar ao balanço do ano decorrido, há muitas questões às quais não podemos responder ainda. Não sabemos, por exemplo, qual é a influência da atividade da clandestinidade e da TKK sobre os outros países da Europa Central. É preciso saber que os húngaros, os tchecos, os russos se dão conta

liberdade de imprensa e de expressão, em favor de um desenvolvimento das iniciativas de solidariedade. São atividades pelas quais é difícil mandar as pessoas para a prisão sem comprometer o sistema. Ou seja, não é o programa de uma clandestinidade militar procurando derrubar o poder, mas um programa positivo, que visa fazer evoluir o sistema.

— A arma principal continuará a ser o boicote dos sindicatos; o funcionamento de estruturas sindicais secretas nas empresas também pode servir para incitar o poder a buscar uma solução.

**— Qual seria a tarefa destas estruturas?**

— Quando militávamos antes de agosto de 1980, não faltavam razões para o combate. As questões diretamente ligadas à produção, as condições de trabalho, o equipamento. Podemos também imaginar formas de luta como a expressão de opiniões contrárias e o



Manifestação em maio de 1982 em Varsóvia

que nós conseguimos agir e nos expressamos durante um ano. Isto pode ter uma importância enorme. Mas ainda é muito cedo para falar disso.

É preciso evocar também o boicote a que se dedicaram os intelectuais e artistas. Aqui, tem uma acolhida muito boa na população. Mas penso que sua importância é ainda maior na arena mundial. As declarações de diversos intelectuais proclamando que somos o primeiro país em que os meios artísticos se opuseram com tanto vigor a uma junta, a um poder totalitário, impõem uma certa marca. Penso que os furos com que o poder ataca este setores na televisão prova que o boicote é um grande sucesso.

Será preciso encontrar novas formas de ação. O que nos aguarda, é uma luta pela possibilidade de ter uma atividade legal.

**— Que você pode dizer do programa que a Comissão Provisória (TKK) prepara?**

— Se a Comissão Provisória conseguir formular um programa inteiro, será um programa legal, em favor de um entendimento, um entendimento concebido de outro modo, formulado em outros termos, mas de qualquer maneira um entendimento. Trata-se de uma ação em favor de uma reforma econômica, em favor de um restabelecimento de toda a economia, em favor de uma extensão da

no Ocidente, junto à Comissão dos Direitos Humanos da ONU. É destas instâncias que esperamos uma forte pressão em favor da revisão da lei.

Tenho mais dificuldade de falar de ações de massa, organizadas simultaneamente em todas as empresas. Mas é preciso refletir sobre formas de manifestação, talvez diferentes das que houve ultimamente.

### A libertação de Lech Walesa

**— De que modo a libertação de Lech Walesa muda a situação?**

— As autoridades usaram a libertação de Lech para sua política. Jaruzelski, nos funerais de Brejnev, tinha um novo trunfo no bolso. Tinha feito uma das coisas mais difíceis, que eles temiam muito, e nada se passou, a ordem reina.

**— Que vocês esperam de Walesa?**

— É difícil precisar por enquanto. A situação na qual temos de nos mover é muito difícil. O mais importante é que a libertação de Walesa cria uma certa situação na qual é mais fácil de construir um nível de ações abertas. A possibilidade de renunciar a ações escondidas. Eu penso que nós ainda temos de elaborar formas de ações abertas e os fins a atingir por esta via. Os membros da TKK consideram que sua atividade será mantida nas bases atuais até a libertação de todos os condenados. Não temos a previsão de antes disso nos dissolvermos, nem de interromper nossa atividade na clandestinidade.

E, além disso, o que quer dizer a preparação de uma atmosfera oportuna para a visita do Papa? Quais são as condições que foram acertadas com a Igreja? As autoridades podem, por exemplo, dizer que não podem aceitar receber o papa enquanto a clandestinidade existir e agir. A TKK talvez tenha de se defrontar com uma exigência da Igreja de deixar a clandestinidade. Acho que as autoridades vão buscar um meio, o mais simples possível, de anular esta visita. Apesar de que foi anunciada oficialmente, não creio que a possam deixar acontecer. Acho que a anunciaram para ter um meio de pressão sobre a Igreja e o Solidariedade, sobre a clandestinidade e os militantes sindicais.

Tenho medo de que a clandestinidade se torne uma carta nas negociações para esta visita e que ela seja colocada diante da alternativa: vocês se dissolvem e deixam a clandestinidade sem nenhuma condição, e mantemos a visita, ou, se a clandestinidade prossegue sua atividade, não há condições para uma visita do Papa.

O que temos o direito de exigir de Lech é que continue fiel, apesar de todas as dificuldades, aos ideais de agosto. Podemos precisá-los em alguns pontos: em primeiro lugar, a exigência de sindicatos independentes, a luta por um movimento sindical pluralista e independente, com o direito de greve.

Em seguida, a exigência da colocação em prática da lei sobre a censura, que é uma exigência de liberdade para a expressão das ideias. A exigência da missa pelo rádio e pela televisão, que é uma reivindicação de liberdade de opinião. Um mínimo social afim de garantir o nível de vida das camadas mais desfavorecidas da população. Enfim, um controle sobre o aparelho da milícia e da justiça, expressão da luta pelos direitos do homem e pelas liberdades cívicas.

## EM TEMPO:

**Conselho Editorial:** Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

**EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC: 46.093.549/0001-10.

**Sucursais:** Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

**Composição, montagem, fotolito e impressão:** Cia. Editora Jorúes - Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.



## Caso Baumgarten

# Crime e impunidade na rota do SNI

O PMDB fecha a última oportunidade de investigação do assassinato do jornalista, ao boicotar a CPI sobre o Serviço Nacional de Investigações.

O mosaico de informações que veio à luz com o caso Baumgarten revela apenas a ponta do iceberg mas foi suficiente para comprometer o Serviço Nacional de Informações com uma cadeia de assassinatos e corrupção.

Há a esta altura certeza de que o jornalista foi assassinado. Mas esta certeza só pode se constituir após passar por cima de um laudo providencialmente incorreto (que dava o jornalista como morto por afogamento) e após declarações do chefe da agência central do SNI, general Newton Cruz, levantando a hipótese de que o jornalista estaria desaparecido e que o noticiário em volta do caso não ultrapassava o "quadro geral de uma campanha orquestrada visando desgastar a imagem do SNI". Há além disso mais do que evidências de que houve três assassinatos: o do jornalista, o de sua mulher e o do barqueiro que dirigia a embarcação provavelmente interceptada em alto-mar. Os dois últimos corpos apareceram carbonizados, no pé da serra de Terezópolis entre os dias 16 e 18 de outubro, sendo que há evidências suficientes para estabelecer a identificação de um deles, pelo menos, com a esposa de Baumgarten.

Há além disso, contida no dossiê deixado por Baumgarten e publicado por vários órgãos da imprensa, uma acusação clara: "a minha extinção física já foi decidida pelo SNI. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, general Octávio de Aguiar Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da Agência Central do SNI, general Newton de Araújo Oliveira e Cruz".

Essa acusação só poderia ser provada com uma devassa no SNI ou depoimentos de outras pessoas diretamente envolvidas no assassinato. No entanto, no que toca as outras informações contidas no dossiê



Na capa de *O Cruzeiro*, a confissão do apoio do regime ao projeto de Baumgarten

Baumgarten elas foram sendo confirmadas passo a passo.

### O financiamento ao projeto "O Cruzeiro"

Está plenamente evidenciado, em primeiro lugar, o envolvimento do SNI e do governo no financiamento da revista *O Cruzeiro*, tentativa de criar um veículo de circulação de massas que espelhasse fielmente a ideologia e o programa da direita. O SNI desviou dinheiro público para subsidiar a revista, agenciou publicidade junto a grandes empresas, como a Mendes Júnior, insuficientes, no entanto, para viabilizá-la.

O apoio ao novo projeto de *O Cruzeiro* não ficou restrito apenas ao SNI. Na edição histórica de novembro passado, a revista trouxe na capa o retrato do general Figueiredo e, em anexo, uma

carta do general enviada à revista. "No momento em que vem a público a edição histórica de *O Cruzeiro*, quero manifestar meu reconhecimento por essa iniciativa editorial que destaca o projeto político do meu governo, empenhado em promover o fortalecimento das instituições democráticas", dizia o primeiro parágrafo da carta.

Sabe-se também, através de denúncia na época veiculada pelo *Coojornal*, que o general Bandeira, então comandante do III Exército, promoveu uma reunião com líderes empresariais visando agenciar publicidade para *O Cruzeiro*.

### O caso Capemi

No dossiê Baumgarten está contida a informação que a Capemi foi uma das empresas procuradas para fornecer apoio a *O Cruzeiro*. Este apoio seria dado em troca de favores antes recebidos através de

gestões do SNI. A mais polpuda dessas mordomias teria sido a obtenção da licença para promover o desmatamento da área do Reservatório de Tucuruí, na Amazônia.

Tornado pública a denúncia, ficou evidenciada a situação escandalosa do grupo Capemi, sendo determinada a intervenção no grupo. A Capemi, constituída basicamente por militares, é dirigida atualmente pelo general Mesquita Aragão.

### Arquivo

Apesar dessa série de confirmações, apesar de estar praticamente reestabelecido o contexto crescente de atritos entre o SNI e Baumgarten vinculados à continuidade do projeto *O Cruzeiro*, o caso parece caminhar para o arquivo como tantos outros.

A estratégia da ditadura articulou três planos para abafar o caso e restringir as suas consequências: jogou em cena o general Newton Cruz, que assumiu a responsabilidade das relações do SNI com *O Cruzeiro* e salvaguardou a figura do general Octávio Resende, ministro-chefe do SNI e notório candidato a sucessão de Figueiredo; cercou o caso de uma conotação estritamente policial, entregando as investigações a um obscuro delegado carioca; pressionou os partidos burgueses no sentido de não apoiarem a criação de uma CPI no Congresso sobre o SNI.

O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, já adiantou que o seu partido não fará qualquer esforço especial para a viabilização da CPI. As iniciativas estão restritas ao PT que tem de conseguir 160 assinaturas (um terço da Câmara) para viabilizar a abertura da CPI.

O mais provável, o quase certo é que ela não seja aberta, ficando mais uma vez intocado o aparelho repressivo da ditadura.

## A oposição burguesa e os órgãos de repressão

Aos dezenove anos de ditadura militar, o aparelho repressivo do regime que envolve fundamentalmente o Serviço Nacional de Informações e as Forças Armadas e que constitui o núcleo básico de reprodução da ditadura continua intocado.

O papel da oposição burguesa neste sentido foi decisivo em vários momentos. A época do crescimento da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita quando se tornaram públicas comprovações de assassinatos cometidos nas prisões do regime (os chamados desaparecidos) e nominalmente apontados os militares envolvidos diretamente nestes crimes, cogitou-se de instalar uma CPI dos direitos humanos nos congressos. A intervenção do então MDB na época foi de considerar a proposta de abertura da CPI uma provocação à ditadura e ela acabou não sendo instaurada.

Depois, houve a escalada terrorista que voltou os seus fogos prioritariamente contra a imprensa alternativa e os movimentos pela anistia, e que atingiu o seu auge com o assassinato de D. Lyda Monteiro, secretária da OAB, com o escândalo do Rio-Centro. No transcurso de suas ações, o terror deu várias pistas indicando inelutavelmente que estava ancorado nos porões da repressão. O escândalo do Rio-Centro colocou esta vinculação entre os órgãos de repressão e o

terror a nú. No segundo semestre de 1981, em pleno calor das repercussões do Rio-Centro, uma reunião dos dirigentes partidários com o presidente do PDS, articulada pelos líderes da oposição burguesa, veio por termo à ofensiva da oposição exigindo a apuração do episódio do Rio-Centro.

Hoje, sob o argumento de que uma CPI não teria instrumentos para investigar o SNI e que poderia provocar um confronto com o governo, o PMDB boicota na prática a instalação de uma CPI tendo como pano de fundo o caso Baumgarten. Ao mesmo tempo, na instalação dos governos estaduais da oposição burguesa, manobra-se no sentido de acordos com a ditadura na indicação dos secretários de segurança e na relação com o DOPS. O governo Montoro não ousou sequer desmontar a Rota, aparelho de repressão policial responsável por centenas de assassinatos nas periferias de São Paulo.

A convivência e conciliação com os órgãos de repressão do regime é reveladora dos limites da oposição burguesa. Uma questão decisiva já que a agudização da luta de classes no próximo período, na esteira da recessão e da política do arrocho, certamente acionará os mecanismos da repressão do regime contra o movimento operário-popular.

